

**CARL GUSTAV JUNG**

**MEMÓRIAS**

**SONHOS**

**REFLEXÕES**

**Editora Nova Fronteira**

**1986**

**Título Original:**

***Memories, Dreams, Reflections***

**Reunidas e editadas por**

**ANIELA JAFFÉ**

**Tradução de**

**DORA FERREIRA DA SILVA**

**Editora Nova Fronteira**

**1986**

## ÍNDICE

Prefácio à Edição Brasileira

Introdução de Aniela Jaffé

### **Prólogo**

Infância

Anos de Colégio

Anos de Estudo

Atividade Psiquiátrica

Sigmund Freud

Confronto com o Inconsciente

Gênese da Obra

A Torre

Viagens

    África do Norte

    Os índios Pueblos

    Quênia e Uganda

    Índia

    Ravena e Roma

## **Visões**

### **Sobre a Vida depois da Morte**

### **Últimos Pensamentos**

### **Retrospectiva**

#### Apêndice

Trechos das cartas de Jung a sua mulher por ocasião da viagem aos Estados Unidos

Trechos das cartas de Freud a Jung

Cartas de Jung a sua mulher, de Soussa, Tunísia

Trechos de uma carta a um jovem erudito

Trechos de uma carta a um colega

Théodore Flournoy

Richard Wilhelm

Heinrich Zimmer

Sobre o Livro Vermelho

*Septem Sermones ad Mortuos*

Dados sobre a família de C.G. Jung, por Aniela Jáffé

#### Glossário

## PRÓLOGO

Minha vida é a história de um inconsciente que se realizou. Tudo o que nele repousa aspira a tornar-se acontecimento, e a personalidade, por seu lado, quer evoluir a partir de suas condições inconscientes e experimentar-se como totalidade. A fim de descrever esse desenvolvimento, tal como se processou em mim, não posso servir-me da linguagem científica; não posso me experimentar como um problema científico.

O que se é, mediante uma intuição interior e o que o homem parece ser *sub specie aeternitatis* só pode ser expresso através de um mito. Este último é mais individual e exprime a vida mais exatamente do que o faz a ciência, que trabalha com noções médias, genéricas demais para poder dar uma idéia justa da riqueza múltipla e subjetiva de uma vida individual.

Assim, pois, comecei agora, aos oitenta e três anos, a contar o mito da minha vida. No entanto, posso fazer apenas constatações imediatas, *contar histórias*. Mas o problema não é

saber se são verdadeiras ou não. O problema é somente este: é a *minha* aventura a *minha* verdade?

Quando se escreve uma autobiografia, não se dispõe de qualquer medida, de qualquer base objetiva a partir da qual se possa chegar a um julgamento. Não há possibilidade de uma comparação exata. Sei que em muitos pontos não sou semelhante aos outros homens e no entanto ignoro o que realmente sou. Impossível comparar o homem a qualquer outra coisa: ele não é macaco, nem boi, nem árvore! Sou um homem. Mas o que isto significa? Como todos os outros entes também fui separado da divindade infinita, mas não posso confrontar-me com nenhum animal, com nenhuma planta ou pedra. Só uma entidade mítica pode ultrapassar o homem. Como formar então sobre si mesmo uma opinião definitiva?

Cada vida é um desencadeamento psíquico que não se pode dominar a não ser parcialmente. Por conseguinte, é muito difícil estabelecer um julgamento definitivo sobre si mesmo ou sobre a própria vida. Caso contrário, conheceríamos tudo sobre o assunto, o que é totalmente impossível. Em última análise:

nunca se sabe como as coisas acontecem. A história de uma vida começa num dado lugar, num ponto qualquer de que se guardou a lembrança e já, então, tudo era extremamente complicado. O que se tornará essa vida, ninguém sabe. Por isso a história é sem começo e o fim é apenas aproximadamente indicado.

A vida do homem é uma tentativa aleatória. Ela só é um fenômeno monstruoso. Por causa de seus números e de sua exuberância. É tão fugitiva, tão imperfeita, que a existência de seres e seu desenvolvimento parece um prodígio. Isto já me impressionava quando era ainda um jovem estudante de medicina e julgava um milagre o fato de não ser destruído antes da minha hora.

A vida sempre se me afigurou uma planta que extrai sua vitalidade do rizoma; a vida propriamente dita não é visível, pois jaz no rizoma. O que se torna visível sobre a terra dura um só verão, depois fenece... Aparição efêmera. Quando se pensa no futuro e no desaparecimento infinito da vida e das culturas, não podemos nos furtar a uma impressão de total futilidade; mas nunca perdi o

sentimento da perenidade da vida sob a eterna mudança. O que vemos é a floração – e ela desaparece. Mas o rizoma persiste.

Em última análise, só me parecem dignos de ser narrados os acontecimentos da minha vida através dos quais o mundo eterno irrompeu no mundo efêmero. Por isso falo principalmente das experiências interiores. Entre elas figuram meus sonhos e fantasias, que constituíram a matéria original de meu trabalho científico. Foram como que uma lava ardente e líquida a partir da qual se cristalizou a rocha que eu devia talhar.

Diante dos acontecimentos interiores, as outras lembranças empalidecem: viagens, relações humanas, ambiente. Muitos conheceram a história do nosso tempo e sobre ela escreveram: será melhor buscá-la em seus escritos, ou então ouvir o seu relato. A lembrança dos fatos exteriores de minha vida, em sua maior parte, esfumou-se em meu espírito ou então desapareceu. Mas os encontros com a outra realidade, o embate com o inconsciente, se impregnaram de maneira indelével em minha memória. Nessa região sempre houve abundância e riqueza; o restante ocupava o segundo plano.

Assim também os seres tornaram-se para mim lembranças imperecíveis na medida em que seus nomes sempre estiveram inscritos no livro do meu destino: conhecê-los equivalia a um lembrar-me.

Mesmo aquilo que em minha juventude, ou mais tarde, veio do exterior, ganhou importância, estava colocado sob o signo da vivência interior. Muito cedo cheguei à convicção de que as respostas e as soluções das complicações da vida não vêm do íntimo, isto quer dizer que pouco significam. As circunstâncias exteriores não podem substituir as de ordem interior. Eis porque minha vida foi pobre em acontecimentos exteriores. Não me estenderei sobre eles, pois isto me pareceria vazio e imponderável. Só posso compreender-me através das ocorrências interiores. São aquelas que constituem a particularidade da minha vida e é delas que trata minha “autobiografia”.

## VISÕES

No início de 1944 fracturei um pé e logo depois tive um enfarte cardíaco. Durante a inconsciência tive delírios e visões que provavelmente começaram quando, em perigo de morte, administraram-me oxigênio e cânfora. As imagens eram tão violentas que eu próprio concluí que estava prestes a morrer. Disse-me minha enfermeira mais tarde: “O senhor estava como que envolvido por um halo luminoso.” É um fenômeno que ela observara às vezes nos agonizantes. Eu tinha atingido o limite extremo e não sei se era sonho ou êxtase. Seja o que for, aconteceram coisas muito estranhas.

Parecia-me estar muito alto no espaço cósmico. Muito ao longe, abaixo de mim, eu via o globo terrestre banhado por uma maravilhosa luz azul. Via também o mar de um azul intenso e os continentes. Justamente sob os meus pés estava o Ceilão e na minha frente estendia-se o subcontinente indiano. Meu campo visual não abarcava toda a Terra, mas sua forma esférica era nitidamente perceptível e seus contornos brilhavam como prata

através da maravilhosa luz azul. Em certas regiões, a esfera terrestre parecia colorida ou marchetada de um verde escuro como prata oxidada. Bem longe, à esquerda, uma larga extensão – o deserto vermelho-alaranjado da Arábia. Era como se ali a prata tivesse tomado uma tonalidade alaranjada. Adiante o Mar Vermelho e mais além, como no ângulo superior esquerdo de um mapa, pude ainda perceber uma nesga do Mediterrâneo. Meu olhar voltara-se sobretudo para essa direção, ficando o restante impreciso. Evidentemente via também os cumes nevados do Himalaia, mas cercados de brumas e nuvens. Não olhava “à direita”. Sabia que estava prestes a deixar a Terra.

Mais tarde informei-me de que distância dever-se-ia estar da Terra para abarcar tal amplitude: cerca de mil e quinhentos quilômetros! O espetáculo da Terra visto dessa altura foi a experiência mais feérica e maravilhosa da minha vida.

Após um momento de contemplação eu me voltei. Postara-me, por assim dizer, dando as costas ao Oceano Índico com o rosto voltado para o norte. Parecia-me agora virar em direção ao sul. Algo de novo surgiu no meu campo visual. A

uma pequena distância percebi no espaço um enorme bloco de pedra, escuro como um meteorito, quase do tamanho de minha casa, talvez um pouco maior. A pedra flutuava no espaço e eu também.

Vi pedras semelhantes nas costas do Golfo de Bengala. São blocos de granito marrom escuro, nos quais às vezes se escavavam templos. Minha pedra era também um desses escuros e gigantescos blocos. Uma entrada dava acesso a um pequeno vestíbulo; à direita, sobre um banco de pedra estava sentado na posição de lótus, completamente distendido e repousado, um hindu de pele bronzeada vestido de branco. Esperava-me sem dizer uma palavra. Dois degraus conduziam a esse vestíbulo: no interior, à esquerda, abria-se o portal do templo. Vários nichos cheios de óleo de coco em que ardiam mechas cercavam a porta de uma coroa de pequenas chamas claras. Isso eu realmente vi em Kandy na ilha do Ceilão, quando visitava o templo do Dente Sagrado; inúmeras fileiras de lâmpadas a óleo cercavam a entrada dele.

Quando me aproximei dos degraus pelos quais se chegava ao rochedo, ocorreu-me algo estranho: tudo o que tinha sido até então se afastava de mim. Tudo o que eu acreditava, desejava ou pensava, toda a fantasmagoria da existência terrestre se desligava de mim ou me era arrancada – processo extremamente doloroso. Entretanto alguma coisa subsistia, porque me parecia então ter ao meu lado tudo o que vivera ou fizera, tudo o que se tinha desenrolado a minha volta. Poderia da mesma maneira dizer: estava perto de mim, e eu estava lá; tudo isso, de certa forma, me compunha. Eu era feito de minha história e tinha a certeza de que era bem eu. “Eu sou o feixe daquilo que se cumpriu e daquilo que foi”. Esta experiência me deu a impressão de uma extrema pobreza, mas ao mesmo tempo de uma extrema satisfação. Não tinha mais nada a querer nem a desejar; poder-se-ia dizer que eu era objetivo; era aquilo que tinha vivido. No princípio, dominava o sentimento de aniquilamento, de ser roubado ou despojado; depois, isso também desapareceu. Tudo parecia ter passado; o que restava era um fato consumado sem nenhuma referência ao que tinha sido antes. Nenhum pesar de que alguma coisa se perdesse

ou fosse arrebatada. Ao contrário: eu tinha tudo o que era e tinha apenas isso.

Tive ainda uma outra preocupação: enquanto me aproximava do templo, estava certo de chegar a um lugar iluminado e de aí encontrar o grupo de seres humanos aos quais na realidade pertencia. Então finalmente compreenderia – isso também era para mim uma certeza – em que relação histórica me alinhava, eu ou minha vida. Eu sabia o que houvera antes de mim, porque me tornara o que sou e para o que minha vida tenderia. Minha vida vivida me apareceu freqüentemente como uma história sem começo nem fim. Tinha o sentimento de ser uma períclope histórica, um fragmento ao qual faltasse o que o precede e o que se segue. Minha vida parecia ter sido cortada por uma tesoura numa longa corrente e na qual muitas perguntas tinham ficado sem resposta. Por que aconteceu isso? Por que trouxera comigo tais condições prévias? Que fizera eu dela? O que dela resultaria? Eu tinha certeza de que receberia uma resposta a todas essas perguntas, assim que penetrasse no templo da pedra. Aí compreenderia porque tudo fora assim e não de outra maneira. Eu

me aproximaria de pessoas que saberiam responder à minha pergunta sobre o antes e o depois.

Enquanto pensava nessas coisas, um fato atraiu minha atenção:, de baixo da Europa, ergueu-se uma imagem: era meie médico, ou melhor sua imagem, circundada por uma corrente de ouro ou por uma coroa de louros dourada. Pensei imediatamente: “Ora veja! é o médico que me assistiu! Mas agora aparece em sua forma primeira, como um *Basileus de Cos.* Durante sua vida fora um avatar desse *Basileus*, a encarnação temporal da forma primeira, que existe desde sempre. Ei-lo agora em sua forma original.

Sem dúvida eu também estava na minha forma primeira. Não cheguei a percebê-lo, somente imagino que deva ter sido assim. Quando ele chegou diante de mim, pairando como uma imagem nascida das profundezas, produziu-se entre nós uma silenciosa transmissão de pensamentos. Realmente meu médico fora delegado pela Terra para trazer-me uma mensagem: protestavam contra a minha partida. Não tinha o direito de

deixar a Terra e devia retornar. No momento em que percebi essa mensagem a visão desapareceu.

Decepcionei-me profundamente; tudo parecia ter sido em vão. O doloroso processo de “desfolhamento” tinha sido inútil: não me fora permitido entrar no templo, nem encontrar os homens entre os quais tinha o meu lugar.

Na realidade passaram-se ainda três semanas antes que me decidisse a viver; não podia alimentar-me, tinha aversão pelos alimentos. O espetáculo da cidade e das montanhas que via do meu leito de enfermo parecia uma cortina pintada com furos negros ou uma folha de jornal rasgada com fotografias que nada me diziam. Decepcionado, pensava: “Agora é preciso voltar para dentro das caixinhas!”. Parecia, com efeito, que atrás do horizonte cósmico haviam construído artificialmente um mundo de três dimensões no qual cada ser humano ocupava uma caixinha. E de agora em diante deveria de novo convencer-me que viver nesse mundo tinha algum valor! A vida e o mundo inteiro se me afiguravam uma prisão e era imensamente irritante pensar que encontraria tudo na mesma ordem. Apenas ex-

perimentara a alegria de estar despojado de tudo e eis que de novo me sentia – como todos os outros homens – preso por fios dentro de uma caixinha. Quando estava no espaço não tinha peso e nada podia me atrair. E agora, tudo terminado! Sentia resistência contra meu médico porque ele me reconduzira à vida. Por outro lado, inquietava-me por ele: “Por Deus, ele está ameaçado! Não me apareceu sob a forma primeira? Quando alguém chega a essa forma é que está para morrer e desde então pertence à sociedade de “seus verdadeiros semelhantes”. Repentinamente tive o terrível pensamento de que ele deveria morrer – no meu lugar! Procurei fazê-lo entender da melhor maneira, mas não me compreendeu. Então me aborreci. “Por que finge ignorar que é um *Basileus de Cos* e que já reencontrou a sua forma primeira? Quer-me fazer acreditar que não sabe?” Isso me irritava. Minha mulher reprovou a falta de amabilidade que eu demonstrava em relação a ele. Ela tinha razão, mas ele me contrariava, recusandome a falar de tudo o que vivêramos em minha visão. “Deus meu, é preciso que ele preste atenção! Não pode ficar tão despreocupado assim. Gostaria de falar-lhe a fim

de que tomasse cuidado consigo”. Era minha firme convicção de que ele estava em perigo porque eu o vira em sua forma original.

E, com efeito, fui seu último paciente. Em 4 de abril de 1944 – sei ainda exatamente a data – fui autorizado pela primeira vez a sentar-me à beira da cama e neste mesmo dia ele se deitou para não mais levantar. Soube que tivera um acesso de febre. Pouco depois morreu de septicemia. Era um bom médico; tinha algo de gênio, senão não teria aparecido sob os traços do príncipe de Cos.

Durante essas semanas o ritmo de minha vida foi estranho. Durante o dia sentia-me freqüentemente deprimido, miserável e fraco e ousava com dificuldade fazer um movimento; melancolicamente pensava: “Agora preciso voltar a este mundo cinzento”. De tarde, adormecia e o sono durava até perto de meia-noite. Então acordava e ficava desperto, talvez uma hora, mas num estado muito particular. Ficava como que num êxtase ou numa grande beatitude. Sentia-me pairando no espaço como que abrigado no meio do universo, num vazio imenso, embora pleno do maior sentimento de felicidade possível. Era a

beatitude eterna; não se pode descrevê-la, é extraordinariamente maravilhosa, eu pensava.

Os que me cercavam também pareciam encantados. A essa hora da noite, a enfermeira tinha o hábito de esquentar minha refeição, porque somente então podia tomar algum alimento e comer com apetite. Durante certo tempo pareceu-me que a enfermeira era uma velha judia, muito mais velha do que na realidade, e que preparava pratos rituais. Quando a olhava, acreditava ver uma halo azul em torno de sua cabeça. Eu próprio me encontrava nos *Pardes Rimmonim*, o jardim das romãs, e aí se celebrava o casamento de Tiphereth com Malchuth. Ou então era como se eu fosse o rabino Simão ben Yochai, cujas bodas eram celebradas no além. Era o casamento místico tal como aparecia nas representações da tradição cabalística. Não poderia dizer o quanto tudo isso era maravilhoso. Eu não deixava de pensar: “É o jardim das romãs! É o casamento de Malchuth com Tiphereth!” Não sei exatamente que papel eu desempenhava na celebração. No fundo, tratava-se de mim mesmo: eu era o casamento, e minha beatitude era a de um casamento feliz.

Pouco a pouco a visão do jardim das romãs se dissipou e se transformou. A essa visão se sucedeu o “casamento do cordeiro”, numa Jerusalém pomposamente ornamentada. Sou incapaz de descrever os

pormenores. Eram inefáveis estados de beatitude com anjos eduzes. E eu próprio era o “casamento do cordeiro”. Isso também se dissipou e deu lugar a uma última visão. Eu seguia um largo vale até ao fundo, aos pés de uma suave cadeia de colinas; o vale terminava num anfiteatro antigo que se situava, admiravelmente, na paisagem verdejante. E neste teatro desenrolava-se o *Meros gamos* (matrimônio sagrado): dançarinos e dançarinas apareceram e, sobre um leito ornado de flores, Zeus-Pai do universo e Hera consumavam o *Meros gansos* tal como está descrito na *Iliada*.

Todas essas visões eram magníficas. Eu estava mergulhado, noite após noite, na mais pura beatitude, “no meio das imagens de toda a criação”. Pouco a pouco, os motivos se misturavam e empalideciam. Comumente as visões duravam aproximadamente uma hora, depois tornava a dormir e logo de manhã sentia: “De

novo uma manhã cinzenta! Volta o mundo sem cor com seu sistema de alvéolos. Que estupidez! Que terrível loucura!” Esses estados interiores eram tão fantásticos que o mundo se me afigurava risível. À medida que retornava à vida, exatamente três semanas após a primeira visão, esses estados visionários cessaram completamente.

É impossível ter uma idéia da beleza e da intensidade do sentimento durante as visões. Foi o que vivi de mais prodigioso. E que contraste o dia! Vivia então atormentado e meus nervos estavam completamente esgotados. Tudo me irritava, tudo era muito material, grosseiro, pesado e espiritualmente limitado; tudo parecia artificialmente diminuído com uma finalidade desconhecida e, no entanto, parecia ter uma força hipnótica tão decisiva que era como se fosse a própria realidade, e ao mesmo tempo era claramente discernível sua insignificância. No fundo, a partir dessa época, apesar de recuperar minha crença no mundo, jamais me libertei totalmente da impressão de que “a vida” é este fragmento da existência, que se desenrola num sistema universal de três dimensões com essa finalidade específica.

Tenho ainda uma lembrança precisa: no início, na época do jardim das romãs, pedia à irmã que me perdoasse caso sofresse algum dano; havia tal sacralidade no quarto que lhe poderia ser prejudicial.

Naturalmente ela não compreendia. Para mim a presença do sagrado criava uma atmosfera mágica, no entanto, eu temia que fosse insuportável para outra. Era por esse motivo, que me desculpava; pois nada podia fazer para evitá-lo. Foi então que compreendi porque dizem que um quarto recende a “odor de santidade”. Era isso! Havia no espaço um *pneuma* de inefável santidade, do qual o *mysterium conjunctionis* era a manifestação.

Nunca pensei que se pudesse viver uma tal experiência, e que uma beatitude contínua fosse possível. Essas visões e acontecimentos eram perfeitamente reais. Nada havia de artificialmente forçado; pelo contrário, tudo era de extrema objetividade.

Teme-se usar a expressão “eterno”; não posso, entretanto descrever o que vivi senão como a beatitude de um estado

intemporal, no qual presente, passado e futuro são um só. Tudo o que ocorre no tempo concentrava-se numa totalidade objetiva. Nada estava cindido no tempo e nem podia ser medido por conceitos temporais. Poder-se-ia, antes, evocar o que fora vivido como um estado afetivo, no entanto inimaginável. Como representar que vivi simultaneamente o ontem, o hoje, e o amanhã? Havia o que ainda não começara, havia o mais claro presente e algo que já chegara ao fim e, no entanto, tudo era uma-e única coisa. O sentimento só poderia apreender uma soma, uma brilhante totalidade na qual está contida à espera do que vai começar, tanto quanto a surpresa do que acaba de ocorrer e a satisfação ou a decepção quanto ao resultado do que já passou. Um todo indescritível no qual estamos mergulhados e que, no entanto, podemos perceber com plena objetividade.

Mais tarde, tive ainda uma vez ocasião de viver esta objetividade: foi depois da morte de minha mulher. Ela me apareceu em sonho como se fosse uma visão. Postara-se a alguma distância e me olhava de frente. Estava na flor da idade,

tinha cerca de trinta anos e trajava o vestido que minha prima, a médium, lhe fizera, talvez o mais belo que jamais usara. Seu rosto não estava alegre nem triste, mas expressava conhecimento e saber objetivos, sem a menor reação sentimental, além da perturbação dos afetos. Sabia que não era ela, mas uma imagem composta ou provocada por ela em minha intenção. Nessa imagem estava contido o início de nossas relações, os acontecimentos de nossos trinta e cinco anos de casamento e também o fim de sua vida. Diante de tal totalidade permanecemos mudos pois dificilmente podemos concebê-la. A objetividade vivida nesse sonho e nas visões pertence à individuação que se cumpriu. Esta é despreendimento dos juízos de valor e do que nós designamos por liames afetivos. Em geral o homem atribui grande importância aos laços afetivos. Ora, estes encerram sempre projeções que é preciso retirar e recuperar para chegar ao si-mesmo e à objetividade. As relações afetivas são relações de desejo e de exigências, carregadas de constrangimento e servidão: espera-se sempre alguma coisa do outro, motivo pelo qual este e nós mesmos perdemos a

liberdade. O conhecimento objetivo situa-se além dos intrincamentos afetivos, e parece ser o mistério central. Somente ele torna possível a verdadeira *conjunctio*.

Depois dessa doença começou um período de grande produtividade. Muitas de minhas obras principais surgiram então. O conhecimento ou a intuição do fim de todas as coisas deram-me a coragem de procurar novas formas de expressão. Não tentei mais impor meu próprio ponto de vista, mas submetia-me ao fluir dos pensamentos. Os problemas apoderavam-se de mim, amadureciam e tomavam forma.

Minha doença teve ainda outras repercussões: elas consistiram, poder-se-ia dizer, numa aceitação do ser, num “sim” incondicional ao que é, sem objeções subjetivas, numa aceitação das condições da existência como as vejo e compreendo; aceitação do meu ser como ele é simplesmente. No início da doença sentia que minha atitude anterior tinha sido um erro e que eu próprio era de qualquer forma responsável pelo acidente. Mas quando seguimos o caminho da individuação, quando vivemos nossa vida, é preciso também aceitar o

erro, sem o qual a vida não será completa: nada nos garante – em nenhum instante – que não possamos cair em erro ou em perigo mortal. Pensamos talvez que haja um caminho seguro; ora, esse seria o caminho dos mortos. Então nada mais acontece e em caso algum ocorre o que é exato. Quem segue o caminho seguro está como que morto.

Foi só depois da minha doença que compreendi o quanto é importante aceitar o destino. Porque assim há um eu que não recua quando surge o incompreensível. Um eu que resiste, que suporta a verdade e que está à altura do mundo e do destino. Então uma derrota pode ser ao mesmo tempo uma vitória. Nada se perturba, nem dentro, nem fora, porque nossa própria continuidade resistiu à torrente da vida e do tempo. Mas isso só acontece se não impedirmos que o destino manifeste suas intenções.

Também compreendi que devemos aceitar os pensamentos que se formam espontaneamente em nós como uma parte de nossa própria realidade e isso fora de qualquer juízo de valor. As categorias do verdadeiro e do falso certamente sempre

existem, mas porque não são constrangedoras, ficam à margem. Porque a existência das idéias é mais importante do que seu julgamento subjetivo. Os julgamentos, entretanto, enquanto idéias existentes, não devem ser reprimidos, porque fazem parte da expressão da totalidade.

### **SOBRE A VIDA DEPOIS DA MORTE**

O que aqui está relatado são lembranças que estão na origem das reflexões que se seguem sobre o além e a vida depois da morte. Trata-se de imagens e pensamentos nos quais vivi, que me trabalharam e me preocuparam. De um certo modo constituem um dos fundamentos de minhas obras que, no fundo, são apenas tentativas renovadas de dar uma resposta à questão das interferências entre o “aquém” e o “além”. Ora, jamais escrevi, *expressis verbis*, a respeito da sobrevivência, porque teria sido necessário justificar meus pensamentos e isso não é possível. Mas mesmo assim abordarei esse tema.

Ainda agora, a esse respeito, só posso narrar “histórias”, contar fábulas, *mythologeïn*: “mitologizar”. Talvez a proximidade da morte seja necessária para que se tenha a indispensável liberdade de abordar o assunto. Não desejo, nem deixo de desejar que tenhamos uma vida após a morte e absolutamente não cultivo pensamentos dessa ordem, mas para não escamotear a realidade, é preciso constatar que, sem que o desejo ou procure, idéias desse gênero palpitam em mim. São verdadeiras ou falsas? Eu ignoro, mas constato sua presença e sei que podem ser expressas desde que não as reprima constrangido por um preconceito qualquer. A idéia preconcebida é um entrave e prejudicá a livre e plena manifestação da vida psíquica, a qual conheço e distingo pouco demais para querer corrigi-la, pretextando conhecê-la bem. A razão crítica parece ter há pouco, eliminado, juntamente com numerosas outras representações míticas, também a idéia de uma vida após a morte. Essa eliminação foi possível porque os homens, hoje, se identificam freqüentemente apenas com a consciência e imaginam ser apenas aquilo que conhecem de si próprios. Ora,

todo homem que de leve suspeita o que seja a psicologia poderá facilmente imaginar que este saber é muito limitado. O racionalismo e a doutrinação são doenças do nosso tempo; pretendem ter resposta para tudo. Entretanto, muitas descobertas que consideramos impossíveis – quando nos colocamos de um ângulo limitado – serão ainda feitas. Nossas noções de espaço e tempo são apenas relativamente válidas; deixam aberto um vasto campo de variações absolutas ou relativas. Levando em conta tais possibilidades, presto viva atenção aos estranhos mitos da alma; observo o que se passa comigo e o que me acontece, estejam em concordância ou não com meus pressupostos teóricos.

Infelizmente, o lado mítico do homem encontra-se hoje freqüentemente frustrado. O homem não sabe mais fabular. E com isso perde muito, pois é importante e salutar falar sobre aquilo que o espírito não pode apreender, tal como uma boa história de fantasmas, ao pé de uma lareira e fumando cachimbo.

O que significam “na realidade” os mitos ou as histórias de uma sociedade, ou qual a realidade que aí se dissimula, certamente não sabemos. Não podemos estabelecer se têm qualquer justificativa além do seu indubitável valor de projeção antropomórfica. É preciso claramente consentir que não existe nenhuma possibilidade de chegar-se a uma certeza nesses assuntos que ultrapassam nossa compreensão.

De maneira alguma podemos representar um mundo cujas circunstâncias fossem totalmente diferentes das nossas, porque vivemos num mundo determinado que contribui para constituir e condicionar nosso espírito e nossos pressupostos psíquicos. Somos estreitamente limitados por nossa estrutura inata e é por isso que estamos, pelo ser e pelo pensamento, ligados a este mundo que é o nosso. O homem mítico reivindica certamente “algo além”, mas o homem na sua responsabilidade científica não pode dar-lhe assentimento. Para a razão, o fato de “mitologizar” (*mythologein*) é uma especulação estéril, enquanto que para o coração e a sensibilidade essa atividade é vital e salutar: confere à existência um brilho ao qual não se quereria

renunciar. Nenhuma motivação seria suficiente, aliás, para justificar essa renúncia.

A parapsicologia aceita como prova cientificamente válida da continuidade da vida após a morte o fato de que um morto pode manifestar-se – seja como aparição, seja através de um médium – e comunicar fatos de que só ele tinha conhecimento. Mesmo que haja casos bem confirmados as questões ficam em aberto, isto é, se a aparição ou a voz são exatamente idênticas às do morto ou se são projeções psíquicas, ou ainda se as comunicações são verdadeiramente do morto ou se se originam de um saber presente no inconsciente.)

Apesar dos argumentos razoáveis contra uma certeza neste domínio, é preciso não esquecer que para a maior parte dos homens é de grande importância supor que sua existência atual terá uma continuidade indefinida após a morte. Vivem então mais razoavelmente, comportam-se melhor e permanecem mais tranquilos. Acaso não temos séculos e séculos à nossa frente e não dispomos de uma duração infinita? Então para que essa precipitação que não tem sentido?

Naturalmente nem todos pensam assim. Há pessoas que não sentem nenhuma necessidade de imortalidade e que se arrepiam à idéia de ficar durante milênios sentados numa nuvem, tocando harpa! Também há outros – e são numerosos – tão maltratados pela vida e que experimentam tal desgosto pela própria existência, que um fim absoluto lhes parecerá bem mais desejável do que qualquer forma de continuidade. Mas na maior parte dos casos, a questão da imortalidade é tão premente, tão imediata, tão enraizada, que urge tentar uma concepção a esse respeito. Como será isso possível?

Minha hipótese é de que podemos alcançar esse propósito graças às alusões que nos envia o inconsciente como, por exemplo, nos sonhos. Frequentemente recusamo-nos a levar a sério essas indicações porque estamos convencidos de que não há resposta à questão. A este ceticismo, bem compreensível, aliás, oponho as seguintes sugestões: se nos é impossível penetrar na essência de um fenômeno, devemos renunciar a fazer dele um problema intelectual. Ignoro por quais razões surgiu o universo e nunca o saberei. Devo renunciar então a

transformar essa questão num problema científico e intelectual. Mas se uma idéia se oferece a mim, sobre este assunto – por exemplo no decorrer dos sonhos e nas tradições míticas – devo então concederlhe atenção: devo mesmo ter bastante audácia para edificar uma concepção a seu respeito, mesmo que permaneça para sempre como uma hipótese impossível de ser verificada.

O homem deve provar que fez o possível para formar uma concepção ou uma imagem da vida após a morte – ainda que seus esforços sejam confissão de impotência. Quem não o fez, sofreu uma perda. Porque a instância interrogativa que fala nele é uma herança muito antiga da humanidade, um arquétipo, rico de uma vida secreta que desejaria juntar-se à nossa vida para perfazê-la. A razão nos impõe limites muito estreitos e apenas nos convida a viver o conhecido – ainda com bastantes restrições – e num plano conhecido, como se conhecêssemos e verdadeira extensão da vida. Na realidade, nossa vida, dia após dia, ultrapassa em muito os limites de nossa consciência e, sem que saibamos, a vida do inconsciente acompanha a nossa

existência. Quanto maior for o predomínio da razão crítica, tanto mais nossa vida se empobrecerá; e quanto mais formos aptos a tornar consciente o que é mito, tanto maior será a quantidade de vida que integraremos. A superestima da razão tem algo em comum com o poder de estado absoluto: sob seu domínio o indivíduo perece.

O inconsciente nos dá uma oportunidade, pelas comunicações e alusões metafóricas que oferece. É também capaz de comunicar-nos aquilo que, pela lógica, não podemos saber. Pensemos nos fenômenos de sincronicidade, nos sonhos premonitórios e nos pressentimentos! Um dia eu voltava de Bollingen para casa, por ocasião da segunda guerra mundial. Trouxera um livro, mas não me foi possível lê-lo porque no momento em que o trem partia, a imagem de um homem que se afogava se impôs ao meu espírito; era a lembrança de um acidente que ocorrera na época do meu serviço militar. Durante todo o trajeto não pude desfazer-me da imagem. Estava exageradamente inquieto e perguntava a mim mesmo: O que se passou? Aconteceu alguma desgraça?

Em Erlenbach desci do trem e entrei em casa, sempre perseguido por essa lembrança e por minha inquietação. No jardim encontrei os filhos de minha segunda filha. Ela estava morando conosco, tendo vindo de Paris por causa da guerra. Todos pareciam um pouco atordoados e quando perguntei: “O que está acontecendo?” disseram que Adriano, o menor, caíra na água, no abrigo do barco. A água aí já era bastante profunda e como não sabia nadar, quase se afogara. O irmão mais velho conseguira salvá-lo. O fato ocorreu exatamente no mesmo momento em que, no trem, eu fora assaltado pela lembrança.

O inconsciente dera-me um sinal. Por que não poderia dar outras informações?

Vivi um episódio semelhante antes da morte de um membro da família de minha mulher. Sonhei, então, que o leito de minha esposa era um fosso profundo com paredes mal cimentadas. Era um túmulo que despertava lembranças da antiguidade. Ouvi nesse momento um profundo suspiro, como o de um agonizante. Uma forma que se assemelhava à de minha mulher ergueu-se da tumba e elevou-se nos ares. Trazia uma

veste branca tecida de curiosos signos negros. Despertei, acordei também minha mulher e olhei o relógio. Eram três horas da manhã. O sonho era tão estranho que pensei imediatamente que podia anunciar um falecimento. As sete horas chegou-nos a notícia de que uma prima de minha mulher falecera às três horas.

Freqüentemente apenas se trata de uma premonição vaga e não de um saber antecipado. Foi assim que uma vez sonhei que me encontrava participando de uma festa. Percebi minha irmã, o que me espalitou bastante, pois morrera havia alguns anos. Um de meus amigos, também falecido, estava na recepção. Os outros convidados eram pessoas então vivas na época. Minha irmã se encontrava em companhia de uma senhora que eu conhecia muito bem, e já no próprio sonho concluía que ela parecia como que tocada pela morte. Ela estava marcada, dizia a mim mesmo. No sonho sabia exatamente' quem era essa senhora e que morava em Basiléia. Quando desperto, embora tivesse o sonho inteiro diante de meus olhos e em toda sua vivacidade – não pude, apesar da melhor boa vontade do

mundo, recordar-me de quem se tratava. Passava em revista todos os meus conhecidos de Basileia; esforçava-me, agindo assim, em descobrir alguma ressonância em mim. Em vão!

Algumas semanas mais tarde, recebi a notícia de que uma senhora de nossas relações fora vítima de um acidente fatal. Fiz imediatamente a ligação: era ela que vira em sonho sem que pudesse recordar-me. Tinha dessa senhora Uma lembrança rica em pormenores: fora minha paciente durante muito tempo, até um ano antes de sua morte. Quando me esforçara para trazê-la à memória, sua imagem não afluera no longo desfile de minhas relações de Basileia, embora devesse ter sido uma das primeiras.

Quando se passa por tais experiências, é natural que sintamos um certo respeito pelas possibilidades e faculdades do inconsciente. É preciso, no entanto, preservar o espírito crítico e lembrar-se de que “comunicações” dessa espécie podem ter também um significado subjetivo, e coincidir ou não com a realidade. Aprendi contudo, por experiência, que as concepções adquiridas a partir dessas alusões do inconsciente me-trouxeram esclarecimentos e abriram perspectivas a novos pressentimentos.

Guardar-me-ei, de qualquer forma, de escrever um livro de revelações, um novo Apocalipse sobre o assunto, mas reconheço que possuo um “mito” que suscita meu interesse e me estimula a aprofundar o problema. Os mitos são formas antiquíssimas da ciência. Quando falo do que pode ocorrer depois da morte, estou sendo animado por uma emoção interior e não posso me valer senão de sonhos e de mitos.

Naturalmente, pode-se desde o início objetar que mitos e sonhos que concernem a uma continuação da vida após a morte são fantasias simplesmente compensatórias e inerentes à nossa natureza: toda vida aspira à eternidade. A isso não tenho outro argumento a opor, senão, precisamente, o mito. Além disso, há também indícios que mostram que uma parte da psique, pelo menos, escapa às leis do espaço e do tempo. A prova científica foi estabelecida pelas experiências bastante conhecidas de Rhine.<sup>2</sup> Ao lado de inumeráveis casos de premonições espontâneas, de percepções não espaciais e outros fatos análogos, dos quais busquei exemplos em minha vida, essas experiências provam que, por vezes, a psique extrapola a lei da causalidade espaço-temporal.

Disso resulta que as representações que temos do espaço, do tempo e também da causalidade são incompletas. Uma imagem total reclama, por assim dizer, uma nova dimensão; só então poderia ser possível dar uma explicação homogênea à totalidade dos fenômenos. É por esse motivo que ainda hoje os racionalistas persistem em pensar que as experiências parapsicológicas não existem; pois seriam fatais à sua visão do mundo. Porque se tais fenômenos podem produzir-se, a imagem racionalista do universo perde o seu valor por ser incompleta. Então a possibilidade de outra realidade, atrás das aparências, com outras referências, torna-se um problema intransponível e ficamos constrangidos em abrir os olhos para o fato de que nosso mundo de tempo, espaço e causalidade está relacionado com uma outra ordem de coisas, atrás ou sob ele, ordem na qual “aqui” e “ali”, “antes” e “depois” não são essenciais. Não vejo qualquer possibilidade de contestar que ao menos uma parte de nossa existência psíquica se caracteriza por uma relatividade de espaço e de tempo. À medida que nos afastamos da consciência, esta relatividade parece elevar-se até ao não-especial e a uma intemporalidade absolutas.

Não foram somente meus próprios sonhos mas, ocasionalmente, os de outras pessoas que, revisando ou confirmando os meus, deram forma às minhas concepções a respeito de uma sobrevida. Uma de minhas alunas de quase sessenta anos teve um sonho particularmente importante, mais ou menos dois meses antes de morrer: ela chegava ao além; numa sala de aula, nos primeiros bancos, estavam sentadas várias de suas amigas falecidas. Uma atmosfera de expectativa geral reinava no ambiente. Olhou em torno, procurando um mestre ou um conferencista, mas não encontrou ninguém. Fizeram-na compreender que o conferencista era ela própria, porque todos os mortos deviam, imediatamente depois do falecimento, apresentar um relatório da soma de experiências por que passaram em vida. Os mortos se interessavam extraordinariamente pelas experiências da vida que os defuntos traziam, como se os fatos e os atos da vida terrestre fossem acontecimentos decisivos.

Em todo caso, o sonho descreve um auditório muito singular, impossível de ser encontrado na Terra: as pessoas se interessavam ardentemente pelo resultado final, psicológico, de uma vida humana,

que, segundo nossa maneira de pensar, nada tem de notável – além da conclusão que dela se possa tirar. Mas se o “público” se encontra numa intemporalidade relativa, em que “escoamento”, “acontecimento”, “desenvolvimento” se tornaram noções aleatórias, compreende-se que possa interessar-se particularmente pelo que – mais lhe falta no estado em que se encontra.

Na época em que teve esse sonho, a pessoa em questão temia morrer e procurava, tanto quanto possível, afastar essa idéia do pensamento consciente. Ora, o problema da morte deveria constituir o “centro de interesse” essencial para o homem que está envelhecendo, como também a oportunidade de familiarizar-se precisamente com essa possibilidade. Uma inelutável interrogação lhe é colocada e é necessário uma resposta de sua parte. Para esse fim ele deveria dispor de um mito da morte, porque a “razão” só lhe oferece o fosso escuro no qual está prestes a entrar; o mito poderia colocar sob seus olhos outras imagens, imagens auxiliares e enriquecedoras da vida no país dos mortos. Quem acredita nisso ou lhe concede algum crédito tem tanta razão como aquele que não crê. Mas aquele que nega avança para o nada; o outro, o que obedece ao

arquétipo, segue os traços da vida até à morte. Certamente um e outro estão na incerteza, mas um vai contra o instinto, enquanto o outro caminha com ele, o que constitui uma diferença e uma vantagem para o segundo.

As figuras do inconsciente são também “ininformadas” e têm necessidade do homem ou do contacto com a consciência para adquirir o saber. Quando comecei a me ocupar com o inconsciente, as “figuras imaginárias” de Salomé e de Elias desempenharam um grande papel. Em seguida passaram a um segundo plano para reaparecer cerca de dois anos mais tarde. Para meu grande espanto elas não tinham sofrido a menor mudança; falavam e se comportavam como se nesse ínterim absolutamente nada tivesse ocorrido. Entretanto os acontecimentos mais inauditos tinham-se desenrolado em minha vida. Foi-me necessário, por assim dizer, recomeçar desde o início para lhes explicar e narrar tudo o que se passara. De início fiquei bastante espantado. Só mais tarde compreendi o que tinha acontecido: as figuras de Salomé e Elias haviam nesse meio-tempo soçobrado no inconsciente e em si próprias – poder-se-ia também dizer, fora do tempo. Elas ficaram

sem contacto com o eu e suas circunstâncias variáveis e “ignoravam” por essa razão o que se passara no mundo da consciência.

Muito cedo eu já tinha percebido que devia instruir os personagens do inconsciente ou os “espíritos dos mortos” que frequentemente se distinguem daqueles com dificuldade. Tomei consciência disso pela primeira vez por ocasião de uma viagem de bicicleta que fiz em 1911, com um amigo, ao Norte da Itália. Na volta viemos de Pávia a Arona, na parte sul do Lago Maior e aí pernoitamos. Tínhamos a intenção de seguir pelas margens do lago e de atravessar o Tessin até Faido. Desejávamos em seguida tomar o trem que segue para Zurique. Mas em Arona tive um sonho que veio modificar nossos projetos.

Nesse sonho eu me encontrava numa assembléia de ilustres espíritos dos séculos passados e experimentava um sentimento análogo ao que senti mais tarde em presença dos “ilustres ancestrais” que se encontravam na pedra negra de minha visão de 1944. Falava-se em latim. Um senhor, com uma longa cabeleira, dirigiu-me a palavra, colocando-me uma questão difícil; fui

incapaz, ao despertar, de me recordar do seu conteúdo. Eu o compreendi, mas não tinha conhecimento suficiente de latim para responder nessa língua. Fiquei de tal forma confuso, que a emoção me despertou.

Logo que acordei, pus-me a pensar no trabalho que preparava: *Me tamorlóses e Símbolos da Libido* e experimentei tais sentimentos de inferioridade no tocante à questão a que não soubera responder, que tomei imediatamente o trem de volta para casa a fim de retomar a tarefa. Ter-me-ia sido impossível continuar a viagem de bicicleta e sacrificar desse modo mais três dias. Era necessário trabalhar e en

contrar a resposta. Só muito depois é que compreendi o sonho e minha reação: o senhor de longa cabeleira era uma espécie de “espírito dos ancestrais ou dos mortos”; ele me colocara questões às quais não soubera responder. Eu estava ainda muito atrasado. Não tinha avançado bastante, mas tinha como que um obscuro pressentimento de que pelo trabalho a que então me dedicava eu responderia à questão que me fora proposta. De qualquer maneira eram meus ancestrais espirituais que me

interrogavam, na esperança e na expectativa de que pudessem aprender aquilo que não tinham podido saber em seu tempo; conhecimento que só os séculos posteriores poderiam criar e trazer-lhes. Se questão e resposta houvessem existido desde sempre, meus esforços teriam sido inúteis, pois tudo poderia ter sido descoberto, não importa em que século. Parece, com efeito, que um saber sem limites está presente na natureza, mas que tal saber não pode ser apreendido pela consciência a não ser que as condições temporais lhe sejam propícias. O mesmo ocorre provavelmente na alma do indivíduo que traz consigo, durante anos, certos pressentimentos, mas só os conscientiza tempos depois.

Quando escrevi, em seguida, os *Septem Sermones ad Mortuos*, foram novamente os mortos que me propuseram questões cruciais. Voltavam – diziam eles – de Jerusalém porque não tinham encontrado o que procuravam. Isso me espantou muito nessa época porque, de acordo com a opinião tradicional, são os mortos que possuem o grande saber; com efeito, devido à doutrina cristã que supõe que no além olharemos as coisas face a face, a opinião

acatada é que os mortos sabem mais do que nós: mas, aparentemente, as almas dos mortos só “sabem” o que sabiam no momento da morte e nada mais. Daí seus esforços para penetrar na vida, para participar do saber dos homens. Frequentemente tenho a sensação de que elas se colocam diretamente atrás de nós, na expectativa de perceber que respostas daremos a ela e ao destino. Parece-me que o que lhe importa a todo custo é receber dos vivos – r isto é, daqueles que lhes sobreviveram e que permanecem num mundo que continua a se transformar – respostas às suas questões. Os mortos questionam como se não tivessem a possibilidade de saber tudo, como se a onisciência ou a oniconsciência apenas pudesse ser privilégio da alma encarnada num corpo que vive. Também o espírito dos vivos parece, pelo menos num ponto, avantajá-los aos mortos: a aptidão em adquirir conhecimentos nítidos e decisivos. O mundo tridimensional, no tempo e no espaço, parece-me um sistema de coordenadas: o que se decompõe aqui em ordenadas e abscissas, “lá”, fora do tempo e do espaço, pode aparecer talvez como uma imagem original de múltiplos aspectos ou talvez como uma nuvem

difusa de conhecimentos em torno de um arquétipo. Mas um sistema de coordenadas é necessário para poder distinguir conteúdos distintos. Tal operação nos parece inconcebível num estado de onisciência difusa ou de uma consciência carente de sujeito, sem determinações espaço-temporais. O conhecimento, como a geração, pressupõe um contraste, um “cá” e um “lá”, um “alto” e um “baixo”, um “antes” e um “depois”.

Se há uma existência consciente após a morte, parece-me que ela se situaria na mesma direção que a consciência da humanidade, que possui em cada época um limite superior mas variável. Muitos seres humanos, no momento de sua morte, não só ficaram aquém de suas próprias possibilidades, mas sobretudo muito distantes daquilo que outros homens ainda em vida tornaram consciente, daí sua reivindicação de adquirir, na morte, esta parte da consciência que não adquiriram em vida.

Cheguei a essa conclusão depois de observar sonhos em que intervinham mortos. Foi assim que me aconteceu, uma vez, sonhar que visitava um amigo falecido quinze dias antes. Quando vivo, só conhecera uma concepção convencional do mundo e nunca se

apartara dessa atitude desprovida de reflexão. Sua residência ficava numa colina semelhante à de Tüllingen, perto de Basileia. Aí se elevava um velho castelo cujos muros circulares cercavam uma praça, com uma pequena igreja e algumas construções menores. Esse local lembrava-me a praça perto do castelo de Rapperswil. Era outono. As folhas das velhas árvores estavam já douradas, um doce raio de sol iluminava a paisagem. Meu amigo estava sentado à mesa com sua filha que fora estudante de psicologia em Zurique. Eu sabia que ela lhe dava esclarecimentos psicológicos indispensáveis. Estava meu amigo de tal maneira fascinado pelo que ela dizia que me saudou apenas com um gesto rápido de mão, como se quisesse dar a entender: “Não me perturbe”. Sua saudação estava me despedindo!

Este sonho me sugeria que o morto devia agora viver, por vias que me eram naturalmente desconhecidas, a realidade de sua existência psíquica, o que durante o curso de sua vida nunca fora capaz. Às imagens desse sonho associei, mais tarde, a frase “Santos anacoretas dispostos no flanco da montanha...” Os anacoretas na cena final do *Segundo Fausto* figuram representações de diversos

níveis de desenvolvimento que se completam e se elevam reciprocamente.

Tive outra experiência sobre a evolução da alma após a morte quando – quase um ano depois do falecimento de minha mulher – acordei repentinamente uma noite e soube que fora até onde ela estava, no sul da França, na Provença, onde tínhamos passado um dia inteiro juntos. Ela fazia nessa região estudos sobre o Graal. Isso me pareceu muito significativo, porque ela havia morrido antes de terminar o trabalho que empreendera sobre esse assunto.

A explicação, a partir do que se tratava – a saber, que minha *anima* não tinha ainda terminado o trabalho a ela imposto – nada me esclareceu; porque sabia muito bem que não tinha ainda terminado minha tarefa. Mas a idéia que após sua morte minha mulher trabalhava para continuar seu desenvolvimento espiritual – como quer que se conceba esta idéia – me pareceu plena de sentido e, por isso, esse sonho me foi bastante apaziguador.

Representações dessa espécie naturalmente não são adequadas e dão uma imagem insuficiente como a projeção de um

volume sobre um plano, ou inversamente como a construção de uma forma quadridimensional a partir de um volume. Elas utilizam, para exprimir-se de maneira metafórica, as condições do mundo tridimensional. As matemáticas não temem criar expressões que exprimam relações que vão além de todo empirismo; da mesma forma cabe à essência de uma imaginação disciplinada esboçar, segundo princípios lógicos e na base de dados empíricos, as imagens daquilo que escapa ao entendimento, tais como, por exemplo, as indicações dos sonhos. O método que aplico neste caso é o da “implicação necessária”. Corresponde este método ao princípio da amplificação na interpretação dos sonhos. É pelas implicações dos simples números inteiros que podemos mais facilmente exemplificar.

O UM, primeiro nome dos números, é uma unidade. Mas ele é também “a unidade”, o Um, o Apenas Um, o Único, o Não-Dois, não só um nome de número, mas também uma idéia filosófica, um arquétipo e um atributo de Deus, a mônada. É exato que o entendimento humano exprime essas afirmações, mas ao mesmo tempo está ligado e determinado pela concepção de Um e

suas implicações. Em outros termos, não são afirmações arbitrárias, são determinadas pela essência do Um e, por esse motivo, necessárias. Teoricamente a mesma operação lógica poderia ser efetuada com todas as representações individuais dos números que se seguem, mas praticamente vê-se logo o fim em razão da multiplicação rápida das complicações que conduz ao incomensurável.

Qualquer outra unidade traz consigo novas propriedades e novas modificações. Assim, por exemplo, é uma propriedade do número quatro o fato das equações do quarto grau poderem ser resolvidas, enquanto que as do quinto grau não o podem. Uma “implicação necessária” do número quatro obriga portanto afirmar que ele é ao mesmo tempo o ápice e o termo de uma ascensão. E à medida que, com cada nova unidade apareçam uma ou várias novas propriedades de natureza matemática, as implicações se complicam de tal maneira que se torna impossível formulá-las.

A série infinita de números corresponde à infinidade numérica das criaturas individuais. A primeira, também ela, é composta de indivíduos e as propriedades de seus dez primeiros

membros já representam – se todavia representam algo – uma cosmogonia abstrata saída da mônada. Ora, as propriedades dos números são as mesmas que as da matéria e é por-isso que certas equações permitem prever o comportamento da matéria.

Este é o motivo por que desejaria que se atribuísse a outras expressões matemáticas (que existem por natureza), o poder de designar, além delas próprias, realidades não perceptíveis. Penso, por exemplo, nos produtos da imaginação que gozam do *consensus omnium* ou que são caracterizados pela grande freqüência de sua aparição, e também aos motivos arquetípicos. Da mesma maneira que ignoramos a que realidade física correspondem certas equações matemáticas, o mesmo acontece com muitas realidades míticas, pois não sabemos, à primeira vista, a que realidades psíquicas elas se referem. Foram estabelecidas, por exemplo, equações que controlam a turbulência de gases em alta temperatura muito antes que estes tenham sido estudados; há muito mais tempo ainda, os mitologemas exprimem o desenrolar de certos processos subliminais e apenas hoje e que podemos explicar o que eles são.

O grau de consciência atingido, qualquer que seja ele, constitui, ao que me parece, o limite superior do conhecimento ao qual os mortos podem aceder. Daí a grande significação da vida terrestre e o valor considerável daquilo que o homem leva daqui “para o outro lado” no momento de sua morte. É somente aqui, na vida terrestre, em que se chocam os contrários, que o nível da consciência pode elevar-se. Essa parece ser a tarefa metafísica do homem – mas sem *mythologein* (sem “mitologizar”) apenas pode cumpri-la parcialmente. O mito é o degrau intermediário inevitável entre o inconsciente e o consciente. Está estabelecido que o inconsciente sabe mais que o consciente, mas seu saber é de uma essência particular, de um saber eterno que, freqüentemente, não tem nenhuma ligação com o “aqui” e o “agora” e não leva absolutamente em conta a linguagem que fala nosso intelecto. Somente quando damos às suas afirmações a oportunidade de “amplificar-se”, como mostramos mais acima, através dos números, é que este saber do inconsciente penetra no domínio de nossa compreensão, tornando possível a percepção de um novo aspecto. Este processo se repete de maneira convincente em

todas as análises de sonhos bem sucedidas. Por esse motivo é de maior importância não ter opinião doutrinária preconcebida sobre o que diz um sonho. A partir do momento em que ficamos surpreendidos por “certa monotonia de interpretação” é que a interpretação tornou-se doutrinal e, por conseguinte, estéril.

Apesar de não ser possível apresentar uma prova válida no que diz respeito à sobrevivência da alma depois da morte, há fatos que dão o que pensar. Considero tais fatos como indicações sem tema audácia, no-entanto, de conferir-lhes o valor de conhecimentos.

Uma noite eu não conseguia dormir e pensava na morte repentina de um amigo, enterrado no dia anterior. Sua morte me preocupava muito. Subitamente tive a impressão de que ele estava no meu quarto, ao pé de minha cama e que me pedia que fosse com ele. Não julgava tratar-se de uma aparição; pelo contrário, formara do morto uma imagem visual interior e tomei-a por uma fantasia. Mas, honestamente, foi-me necessário perguntar: “Que prova tenho de que se trata, de uma fantasia? E se não for? Caso meu amigo esteja realmente presente, não seria uma

inconveniência de minha parte tomá-lo por uma figura imaginária?” Mas também não tinha qualquer prova para acreditar que ele estivesse realmente diante de mim. Então disse a mim mesmo: “Em lugar de considerar que se trata apenas de uma fantasia, posso, da mesma maneira, aceitá-lo como se fora uma aparição, pelo menos para ver o que disso resultaria.” No mesmo momento em que tive esse pensamento, ele se dirigiu para a porta e fez que eu entrasse no jogo. Isso certamente não estava previsto. Foi-me necessário então fortalecer a argumentação. Então somente o segui em imaginação.

Ele me conduziu para fora de casa, ao jardim, à rua e finalmente à sua própria casa. (Na realidade apenas algumas centenas de metros a separavam da minha). Entrei, introduziu-me em seguida em seu escritório e, subindo num tamborete, indicou-me o segundo volume de uma série de cinco, encadernados em vermelho; eles se encontravam muito alto na segunda prateleira. Então a visão se dissipou. Não conhecia sua biblioteca e ignorava que livros possuía. Por outro lado, não poderia de onde estava ler

os títulos dos volumes que ele indicara, pois se encontravam na prateleira superior.

Esse fato me pareceu tão estranho que na manhã seguinte, fui à casa da viúva e pedi autorização para entrar na biblioteca do meu falecido amigo para uma verificação. Realmente, havia debaixo da prateleira vista em minha imaginação, um tamborete e, já de longe, percebi os cinco volumes encadernados em vermelho. Subi no tamborete para ler os títulos. Eram traduções dos romances de Zola. O título do segundo era: O Legado de uma Morta. Se o conteúdo me pareceu desprovido de interesse, o título era, por outro lado, muito significativo pela relação com o que se passara.

Um outro acontecimento de minha vida, que me deu o que pensar, ocorreu antes da morte de minha mãe. Quando ela morreu eu me encontrava no Tessin. Fiquei aturdido pela notícia, porque sua morte foi inesperada e brutal. Durante a noite precedente, tivera um sonho espantoso. Encontrava-me numa floresta sombria e espessa; blocos de rochedos fantásticos e gigantescos jaziam entre árvores enormes, como uma floresta virgem. Era uma

paisagem heróica, primitiva. De repente ouvi um silvo estridente que parecia repercutir através do universo. Meus joelhos tremeram. Em seguida, na mata, ouvi um estrépito e um monstruoso lobo de fauces ameaçadoras saiu correndo. Vendo-o, meu sangue congelou-se nas veias. Passou por mim rapidamente e logo compreendi: o Caçador Selvagem lhe ordenara que trouxesse um ser humano. Acordei numa angústia mortal e na manhã seguinte recebi a notícia da morte de minha mãe.

Raramente um sonho me transtornou tanto, pois se fosse considerá-lo superficialmente ele pareceria dizer que o diabo viera se apossar de minha mãe. Mas, na verdade, era o Caçador Selvagem, de “chapéu verde”, que naquela noite – era um desses dias de janeiro em que sopra o *foehn* – caçava com seus lobos. Era Wotan, o deus dos ancestrais alemães que “reunia” minha mãe a seus antepassados, isto é, negativamente, às hordas selvagens e, positivamente, aos “mortos bem-aventurados”. Foi sob a influência dos missionários cristãos que Wotan foi assimilado ao diabo. Em si mesmo, é um deus significativo, um Mercúrio ou um Hermes, como os romanos discerniam claramente; é um espírito

da natureza que ressurgiu na lenda do Graal sob os traços de Merlin e que, como *spiritus mercurialis*, constituía o arcano procurado pelos alquimistas. Assim, o sonho diz que a alma de minha mãe encontra acolhida neste vasto contexto do Si-Mesmo, além do plano cristão, na totalidade da natureza e do espírito em que os conflitos e contradições são englobados.

Voltei imediatamente para casa. À noite, no trem, experimentava um imenso sentimento de tristeza, mas no mais íntimo de meu coração eu não podia ficar aflito e isso por uma estranha razão: durante o trajeto escutei ininterruptamente música de dança, risos e ruídos alegres, como se celebrassem um casamento. Havia um contraste brutal com a impressão apavorante provocada pelo sonho: aqui havia a jovialidade da música de dança, dos risos alegres e era impossível deixar-me dominar totalmente pela tristeza. Ela estava sempre presente, prestes a me dominar, mas no momento seguinte já me encontrava no meio de alegres melodias. De um lado um sentimento de calor e alegria, de outro, terror e luto, numa alternância contínua de contrastes afetivos. O contraste pode explicar-se: a morte era sentida, ora do ponto de

vista do eu, ora do ponto de vista da alma. No primeiro caso ela parecia uma catástrofe, como se potências más e impiedosas tivessem aniquilado um ser humano.

É que a morte também é uma terrível brutalidade – nenhum engodo é possível! – não apenas enquanto acontecimento físico, mas ainda mais como um acontecimento psíquico: um ser humano é arrancado da vida e o que permanece é um silêncio mortal e gelado. Não há mais esperança de estabelecer qualquer relação: todas as pontes estão cortadas. Homens a quem se desejaria uma longa vida são ceifados na flor da idade, enquanto os inúteis atingem uma idade avançada. Eis uma cruel realidade que não se deveria dissimular. A brutalidade e a arbitrariedade da morte podem provocar no homem tal amargura que ele chega a descrer num Deus misericordioso, na justiça e na bondade.

Entretanto se nos colocarmos diante de outro ponto de vista, a morte parece ser um acontecimento alegre. Sub *specie aeternitatis*, ela é um casamento, um *mysterium conjunctionis* (um mistério da união). A alma, pode-se dizer, alcança a metade que lhe falta, atinge a totalidade. Nos sarcófagos gregos o elemento alegre era

representado por dançarinas; nas tumbas etruscas representavam-no por banquetes. Quando morreu o piedoso cabalista Rabbi Simon ben Jochai, seus amigos disseram que ele celebrava suas bodas. Hoje ainda, em muitas regiões, é costume, no Dia de Todos os Santos, organizar um pique-nique sobre os túmulos. Essas manifestações mostram que a morte é sentida, por assim dizer, como uma festa.

Alguns meses antes da morte de minha mãe, em setembro de 1922, tive um sonho que me anunciava isso. Este sonho dizia respeito a meu pai e me causou grande impressão: desde sua morte – em 1896 – jamais sonhara com ele e eis que me aparece num sonho, como se tivesse voltado de uma longa viagem. Parecia rejuvenescido e não manifestava qualquer autoridade paterna. Estava ao meu lado, em minha biblioteca e eu me alegrava extraordinariamente por saber que ele chegara. Sentia-me particularmente feliz por lhe apresentar minha esposa, meus filhos e contar-lhe tudo o que tinha feito mostrando-lhe o homem que me tornara. Queria também falar de meu livro *Os Tipos Psicológicos*, recentemente publicado, mas imediatamente notei

que esses assuntos o importunavam porque parecia preocupado. Tinha o ar de quem esperava qualquer coisa. Eu percebi e por isso me mantive reservado. Disse-me então que por ser eu psicólogo gostaria de consultar-me sobre a psicologia do casamento. Dispunha-me a dissertar longamente a respeito das complicações da união conjugal, mas nesse momento acordei. Não pude compreender o sonho como deveria, pois não tive a idéia de que era preciso ligá-lo à morte da minha mãe. Só o compreendi quando ela morreu subitamente em janeiro de 1923.

O casamento de meus pais não fora uma união feliz, mas uma prova de paciência sobrecarregada de múltiplas dificuldades. Ambos cometeram os erros típicos comuns a numerosos casais. Meu sonho me deveria ter feito prever a morte de minha mãe; após uma ausência de vinte e seis anos, meu pai, no sonho, informava-se junto a um psicólogo sobre conhecimentos e aquisições mais atuais concernentes às dificuldades do matrimônio, pois chegara para ele o tempo de retomar o problema. Em seu estado intemporal, não adquirira, evidentemente, nenhum saber novo e por isso dirigia-se a um vivo que, beneficiado com as

mudanças trazidas pelo tempo, pudera adquirir novos pontos de vista.

Assim fala o sonho. Incontestavelmente eu teria podido, se tivesse compreendido sua significação dentro de meu plano subjetivo, ganhar muito ainda. Mas porque tive esse sonho justamente antes da morte de minha mãe, fato de que não tivera nenhum pressentimento? O sonho está nitidamente voltado para meu pai, por quem tinha uma simpatia que, com os anos, se aprofundara.

Em decorrência de sua relatividade espaço-tempo, o inconsciente tem melhores fontes de informação que a consciência, a qual apenas dispõe de percepções sensoriais. Por esse motivo, estamos reduzidos, no que se relaciona com o mito de uma vida *post-mortem*, às escassas alusões do sonho e a outras manifestações espontâneas do inconsciente. Não podemos, já dissemos, outorgar a essas indicações o valor de conhecimentos ou de provas; mas elas podem servir de base adequada para amplificações míticas; elas permitem ao intelecto indagador esse âmbito de possibilidades absolutamente necessárias à sua atividade

vital. Não havendo o mundo intermediário da fantasia mítica, o espírito fica ameaçado de congelar-se no doutrinário. Mas, inversamente, o interesse por tais germes míticos constitui um perigo para espíritos fracos e sugestionáveis, que poderão tomar esses pressentimentos por conhecimentos e hipostasiar fantasmas.

Um mito muito divulgado sobre o além é constituído por idéias e representações a respeito da reencarnação.

Num país em que a cultura espiritual é muito diferente e muito mais antiga do que a nossa, como a Índia, a idéia da reencarnação é, por assim dizer, natural e tão espontânea como entre nós a idéia de que Deus criou o mundo ou a existência de um *spiritus rector* (de um espírito diretor), de uma providência. Os hindus cultos sabem que não pensamos como eles, mas isso não os inquieta. De acordo com as características espirituais do oriental, a sucessão de nascimento e morte é considerada como um desenrolar sem fim, como uma roda eterna que gira sempre sem objetivo. Vivemos, discernimos; morremos e recomeçamos do início. Foi somente com Buda que aparece a idéia de um objetivo: o de superar a existência terrestre.

A necessidade mítica do homem ocidental exige a imagem de um mundo em evolução, que tenha um *começo* e um *objetivo*. O ocidental rejeita a imagem de um mundo que tenha um começo e um simples *fim*, da mesma forma que repele a representação de um ciclo estático eterno, fechado sobre si mesmo. O oriental, pelo contrário, parece poder tolerar essa idéia. Não há, evidentemente, *consensus* geral sobre qual seja a essência do mundo e os próprios astrônomos não puderam ainda chegar a um acordo a respeito desta questão. Ao homem do Ocidente o absurdo de um universo simplesmente estático é intolerável. É preciso pressupor-lhe um sentido. O oriental não tem necessidade alguma de tal pressuposto, pois que ele incorpora esse sentido. Enquanto o ocidental quer completar o sentido do mundo, o oriental esforça-se por realizar esse sentido no homem, despojando-se ele mesmo do mundo e da existência (Buda).

Daria razão tanto a um como a outro. Porque o ocidental me parece sobretudo extrovertido e o oriental introvertido. O primeiro projeta o sentido, isto é, coloca-o nos objetos; o segundo sente-o em si mesmo. Ora, o sentido porém está tanto no exterior como

no interior. Não se pode separar a idéia da reencarnação da idéia do carma. A questão decisiva é saber se o carma de um ser humano é ou não pessoal. Se o destino preestabelecido com que um ser humano entra na vida é o resultado de ações e realizações das vidas anteriores, existe então uma continuidade pessoal. Na outra hipótese, um carma é, por assim dizer, apreendido por ocasião do nascimento; incorpora-se novamente sem que haja uma continuidade pessoal.

Duas vezes os discípulos perguntaram a Buda se o carma do homem era pessoal ou impessoal. Duas vezes ele se esquivou a responder evitando comprometer-se: conhecer a resposta, disse, não contribuiria para libertar o homem da ilusão do ser. Buda considerava que lhes era mais útil meditar sobre a cadeia dos nidanás, isto é, nascimento, vida, velhice e morte, causa e efeito dos acontecimentos dolorosos.

Não sei responder se o carma que vivo é o resultado de minhas vidas passadas, ou uma aquisição de meus ancestrais, cuja herança se condensou em mim. Serei, por acaso, uma combinação de vidas ancestrais e será que reencarno de novo essas vidas? Terei

vivido, antes, como personalidade determinada e terei progredido .o suficiente nessa vida ulterior para poder agora esboçar uma solução? Eu o ignoro. Buda não respondeu à pergunta e posso supor que ele próprio não tinha certeza.

Posso facilmente imaginar que já vivi em séculos anteriores e ao depararcom perguntas a que ainda não posso responder, supor que me é necessário nascer novamente, por não ter completado a tarefa que me foi imposta. Quando morrer meus atos me seguirão. É, pelo menos, o que imagino. Levarei comigo o que fiz, tendo a esperança, contudo, de não chegar ao fim de meus dias com as mãos vazias. Buda parece ter pensado assim quando procurava afastar seus discípulos de especulações inúteis.

O sentido de minha existência residir no fato da vida coloca-me uma questão. Ou, inversamente, sou eu próprio uma questão colocada ao mundo e devo fornecer minha resposta; caso contrário, estarei reduzido à resposta que o mundo me der. Tal é a tarefa vital transpessoal que cumpro com dificuldade. Talvez esta questão já tenha preocupado meus antepassados, sem que tenham encontrado uma resposta. Será por este motivo que me

impressiona tanto o fato de que o final do *Fausto* não traga nenhuma solução? Ou ainda o problema do episódio dionisiaco em que Nietzsche naufragou e que parece ter escapado ao homem cristão? Ou então é o Wotan-Hermes cheio de inquietude dos meus ancestrais alemães e francos que me propõem enigmas provocantes? Ou finalmente será que Richard Wilhelm tinha razão quando dizia, brincando, que eu fora, numa vida anterior, um chinês rebelde que devia – à guisa de punição – descobrir na Europa sua alma oriental?

O que experimento como resultante das vidas de meus antepassados, ou como carma adquirido numa vida anterior pessoal poderia, do mesmo modo, ser perfeitamente um arquétipo impessoal que hoje mantém em suspenso o mundo inteiro e que particularmente me tomou por exemplo, o desenvolvimento secular da tríade divina e sua confrontação com o princípio feminino, ou a resposta, ainda por encontrar, à questão dos gnósticos sobre a origem do mal; em outros termos, o inacabado da imagem cristã de Deus.

Penso também numa outra possibilidade: através de um ato individual poderá surgir uma questão no mundo, cuja resposta irá constituir uma nova exigência. Por exemplo: as questões que levanto e as respostas que procuro dar a elas podem não ser satisfatórias. Nestas condições, alguém que tenha o meu carma – talvez eu mesmo – deverá então renascer para fornecer uma resposta mais completa. Por este motivo, poderei imaginar que não tornarei a nascer enquanto o mundo não sentir necessidade de uma nova resposta e, enquanto isso, terei alguns séculos de repouso, até que haja de novo necessidade de que alguém se interesse por esse genero de coisas. Poderei então retomar de novo a tarefa, com proveito. Sinto que agora poderá ocorrer um período de calma, até que a obra realizada seja assimilada.

O problema do carma, assim como o da reencarnação ou da metempsicose, ficaram obscuros para mim. Assinalo com respeito a profissão de fé indiana em favor da reencarnação e, olhando em torno, no campo de minha experiência, pergunto a mim mesmo se em algum lugar e como, terá ocorrido algum fato que possa legitimamente evocar a reencarnação. É evidente que

deixo de lado os testemunhos relativamente numerosos que acreditam na reencarnação. Uma crença prova apenas a existência do “fenômeno da crença”, mas de nenhuma forma a realidade de seu conteúdo. E preciso que este se revele empiricamente, em si próprio, para que eu o aceite. Até estes últimos anos, embora tivesse tido toda atenção, não cheguei a descobrir absolutamente nada de convincente neste campo. Mas recentemente observei em mim mesmo uma série de sonhos que, com toda a probabilidade, descrevem o processo da reencarnação de um morto de minhas relações. Era mesmo possível seguir, como uma probabilidade não totalmente negligenciável, certos aspectos dessa reencarnação até à realidade empírica. Mas como nunca mais tive ocasião de encontrar ou tomar conhecimento de algo semelhante, fiquei sem a menor possibilidade de estabelecer uma comparação. Minha observação é, pois, subjetiva e isolada. Quero somente mencionar sua existência, mas não o seu conteúdo. Devo confessar, no entanto, que a partir dessa experiência observo com maior boa vontade o problema da

reencarnação, sem no entanto defender com segurança uma opinião precisa.

Se admitirmos que há uma continuação no “além”, só poderemos conceber um modo de existência que seja psíquico, pois a vida da psique não tem necessidade de espaço ou tempo. A existência psíquica – e sobretudo as imagens interiores de que nos ocupamos desde agora – oferecem matéria para todas as especulações míticas sobre uma vida no além, e esta eu a represento como um caminhar progressivo através do mundo das imagens. Desse modo a psique poderia ser essa existência na qual se situa o “além” ou o “país dos mortos”. Inconsciente e “país dos mortos” seriam, nessa perspectiva, sinônimos.

Do ponto de vista psicológico, a “vida no além” aparece como uma seqüência lógica da vida psíquica na velhice. Com efeito, à medida que o homem progride em idade, a contemplação, a reflexão e as imagens interiores desempenham, o que é natural, um papel cada vez maior: “Os velhos terão sonhos .3” Isso indica que a alma dos velhos não está petrificada – sero medicina paratur cum mala per longas convaluaere moras. (O remédio foi preparado

tardamente quando o mal já se agravou pela longa demora). Na velhice deixamos que as lembranças se desenrolem diante do olho interior e encontramos-nos a nós mesmos através das imagens interiores e exteriores do passado. É como se fosse o primeiro passo, uma preparação para a existência no além, da mesma maneira que, segundo a concepção de Platão, a filosofia é uma preparação para a morte.

As imagens interiores impedem que nos percamos na retrospectiva pessoal: muitos homens de idade se enredam na lembrança de acontecimentos exteriores, neles se aprisionando; mas se neste olhar para o passado houver reflexão e tradução em imagens, poderá ser um reculer pour mieux sauter: procuro ver a linha que conduziu minha vida no mundo e que a conduz de novo para fora deste mundo.

Em geral as representações que os homens fazem do além são determinadas por seus desejos e preconceitos. É por este motivo que freqüentemente representações claras e serenas são associadas ao

além. Mas isso não me convence. Custa-me imaginar que após nossa morte aterrissaremos em suaves campinas floridas. Se tudo fosse claro e bom no além, deveria haver amistosas comunicações entre nós e os numerosos espíritos bem-aventurados, e, por conseguinte, veríamos descer sobre nós, em estado pré-natal, efusões de beleza e bondade. O que acontece não é isso. Por que esta insuperável barreira entre os mortos e os vivos? A metade, pelo menos, das narrações de encontros com os espíritos dos mortos versa sobre episódios aterradores e a regra é que na morada dos mortos reina um silêncio glacial, um desprezo pela dor dos abandonados.

Se tomo consciência do que penso, involuntariamente, o mundo me aparece a tal ponto unitário que se torna impossível um “além” ao qual faltasse completamente a natureza das oposições polares. Porque “lá” deve também reinar uma “natureza” que, a seu modo, é de. Deus. O mundo em que entramos após a morte será grandioso e assustador, à semelhança da divindade e da natureza que conhecemos. Também não posso conceber que o sofrimento deixe de existir

nele. Certamente, o que vivi em muitas visões de 1944 (a libertação do fardo do corpo e a percepção do Sentido) trouxeram-me profunda felicidade. E, no entanto, mesmo no seio desta beatitude, reinava uma obscuridade e uma carência singulares de calor humano. Pensem no rochedo negro de que me aproximei! Era negro e do granito mais duro. O que poderia isso significar? Se não houvesse qualquer imperfeição, qualquer defeito primordial no próprio fundamento da criação, por que então esta necessidade de criar e para que esta aspiração de cumprir o que se deve? Por que a continuação da cadeia dos nidanas até o infinito? Afinal de contas, Buda opõe à ilusão penosa da existência seu *quod non* (não é assim) e o cristão espera um próximo fim deste mundo!

Acho provável que existam igualmente no além certas limitações; mas as almas dos mortos só descobrem progressivamente onde residem os limites do estado de libertação. Em algum lugar, “lá”, reina uma necessidade imperiosa que condiciona o mundo e quer pôr um termo ao estado de existência no além. Esta necessidade criadora decidirá

– assim penso – quais as almas que serão de novo mergulhadas na encarnação e no nascimento. Eu poderia imaginar que para algumas almas o estado de existência tridimensional seria mais feliz do que o estado “eterno”. Mas isso dependerá talvez do que elas tenham levado consigo como soma de perfeição ou de imperfeição de sua existência humana.

Pode ser que uma continuação da vida tridimensional não tenha mais nenhum sentido, uma vez que a alma tenha atingido certos degraus de inteligência; que esteja liberta da necessidade de retornar à Terra e que uma compreensão superior suprima o desejo de ver-se reencarnada. Então a alma escaparia ao mundo tridimensional e atingiria o estado a que os budistas chamam de Nirvana. Mas se ainda há um carma que deva ser cumprido, a alma recai no mundo dos desejos e retorna novamente à vida, talvez sabendo mesmo que falta alguma coisa para cumprir.

No meu caso é uma aspiração apaixonada compreender o que, em última instância, suscitou o meu nascimento. É esse com efeito o elemento mais poderoso do meu ser. Esse instinto insaciável de compreensão criou, poder-se-ia dizer, uma

consciência para conhecer o que é, o que ocorre e, por acréscimo, descobrir representações míticas a partir das fracas alusões ao que não pode ser conhecido.

Não somos, de forma alguma, capazes de demonstrar que qualquer coisa de nós se conserva eternamente. Tudo o que podemos dizer é que existe uma certa probabilidade de que alguma coisa se conserve além da morte física. E o que continua a existir é em si mesmo consciente? Também não o sabemos. Se tivermos a necessidade de opinar sobre esse assunto, talvez possamos levar em consideração aquilo que é conhecido nos fenômenos de dissociação psíquica. Com efeito, na maior parte dos casos em que se manifesta um complexo autônomo, ele aparece sob a forma de uma personalidade, como se o complexo tivesse consciência de si próprio. É por este motivo que as vozes dos doentes mentais são personificadas. Este fenômeno do complexo personificado, eu o estudei em minha tese. Poder-se-ia, se quiséssemos, invocar tal fato em favor de uma continuidade da consciência. Em favor desta hipótese, podemos citar as surpreendentes observações feitas quando

ocorrem graves colapsos ou desmaios profundos, oriundos de lesões agudas do cérebro. Nos dois casos pode haver percepções do mundo exterior, assim como intensos fenômenos oníricos, mesmo que se trate de uma profunda perda de consciência. Como a superfície cerebral, que é a sede da consciência, é posta fora de circuito durante a síncope, estes fenômenos ainda hoje permanecem inexplicáveis. Eles poderiam testemunhar em favor de uma conservação, pelo menos subjetiva, da aptidão da consciência – mesmo no estado de aparente inconsciência.

O problema das relações entre o “homem intemporal”, o si-mesmo, e o homem terrestre, no tempo e no espaço, suscita as mais difíceis perguntas. Dois sonhos vieram esclarecê-las.

Num sonho que tive em outubro de 1958, notei, de minha casa, dois discos de metal brilhante em forma de pequenas lentes; iam em direção ao lago, por sobre a casa, descrevendo um arco de fraca luz. Eram dois *U.F.O.* (*Unidentified Flying Objects*). Em seguida, um outro corpo parecia dirigir-se para mim. Era uma pequena lente circular como a objetiva de um telescópio. A quatro

ou cinco metros de distância, o objeto imobilizou-se por um instante, e em seguida desapareceu. Imediatamente após, um outro corpo chegou, atravessando os ares: uma pequena lente de objetiva com um prolongamento metálico que terminava numa caixa, uma espécie de lanterna mágica. A sessenta ou setenta metros de distância, parou no ar e me fitou. Acordei, tomado por um sentimento de espanto. Ainda no meio do sonho uma idéia me atravessou o espírito: “Sempre acreditamos que os U.F.O. fossem projeções nossas; ora, ao que parece, nós é que somos projeções deles. A lanterna mágica me projeta sob a forma de C. G. Jung, mas quem manipula o aparelho?”

Eu já sonhara certa vez sobre as relações entre o Si-Mesmo e o eu. Nesse sonho de outrora eu caminhava por um atalho; atravessava uma região escarpada, o sol brilhava e tinha sob os olhos, à minha volta, um vasto panorama. Aproximei-me de uma capelinha, à beira do caminho. A porta estava entreaberta e entrei. Para meu grande espanto não havia nenhuma estátua da Virgem, nem crucifixo sobre o altar, mas simplesmente um arranjo floral magnífico. Diante do altar, no chão, vi, voltado

para mim, um iogue, na posição de lótus, profundamente recolhido. Olhando-o de mais perto, vi que ele tinha o meu rosto; fiquei estupefato e acordei, pensando: “Ah! Eis aquele que me medita. Ele sonha e esse sonho sou eu.” Eu sabia que quando ele despertasse eu não existiria mais.

Tive este sonho depois de minha doença em 1944. É uma parábola: meu Si-Mesmo entra em meditação, por assim dizer como um iogue e medita sobre minha forma terrestre. Poder-se-ia também dizer: ele toma a forma humana para vir à existência tridimensional, como alguém que veste um equipamento de mergulhador para lançar-se ao mar. O Si-Mesmo, renunciando à existência no além, assume uma atitude religiosa, como também o indica a capela na imagem do sonho. Em sua forma terrestre pode fazer as experiências no mundo tridimensional e, com uma consciência acrescida, progredir no sentido de sua realização.

A personagem do iogue representava, de algum modo, minha totalidade pré-natal inconsciente e o Oriente longínquo – como acontece freqüentemente nos sonhos – um estado psíquico oposto à consciência e que nos é estranho. Como a

lanterna mágica, a meditação do iogue “projeta” também minha realidade empírica. Em geral, aprendemos esta conexão causal em sentido inverso: descobrimos nas produções do inconsciente símbolos de mandalas, isto é, figuras circulares ou quaternidades que exprimem a totalidade e, quando queremos exprimir a totalidade, utilizamos precisamente tais figuras. Nossa base é a consciência do eu, um campo numinoso que constitui nosso mundo e que está centrado num ponto focal: o eu. A partir deste ponto iluminado nosso olhar mergulha num mundo obscuro e enigmático e não saberíamos dizer em que medida os traços e as sombras que ali discernimos são criação de nossa consciência, ou em que proporção elas possuem uma realidade própria. Uma observação superficial dá-se por satisfeita admitindo que a consciência cria estas sombras. Mas se olharmos mais de perto perceberemos que as imagens inconscientes não são em geral produtos do consciente, mas possuem sua própria realidade e espontaneidade. Apesar disso, nós as consideramos como espécies de fenômenos marginais. Os dois sonhos tendem à inversão total das conexões entre a consciência do eu e o in-

consciente, fazendo do inconsciente o criador da pessoa empírica. A inversão indica que, na opinião do “outro lado em nós”. nossa existência inconsciente é a existência real e que o nosso mundo consciente é uma espécie de ilusão ou uma realidade aparente forjada em vista de um certo objetivo, à semelhança do sonho que parece ser real quando nele estamos mergulhados. Está claro que esta visão das coisas assemelha-se muito com a concepção do mundo oriental, na medida em que este crê na Màyá.

A totalidade inconsciente parece-me, pois, ser o verdadeiro *spiritus rector* de todo fenômeno biológico e psíquico. Ela tende à realização total e, no que concerne ao homem, à tomada de consciência total. A tomada de consciência é cultura no sentido mais vasto do termo, e por conseguinte, o conhecimento de si-mesmo é a essência e o coração deste processo. É indubitável que o Oriente atribuiu ao si-mesmo um valor divino e segundo a velha concepção do cristianismo o autoconhecimento é o caminho que conduz à *cognitio Dei*.

Para o homem a questão decisiva é esta: você se refere ou não ao infinito? Tal é o critério de sua vida. Se sei que o ilimitado é essencial então não me deixo prender a futilidades e a coisas que não são fundamentais. Se o ignoro, insisto que o mundo reconheça em mim certo valor, por esta ou aquela qualidade que considero propriedade pessoal: “meus dons” ou “minha beleza” talvez. Quanto mais o homem acentua uma falsa posse, menos pode sentir o essencial e tanto mais insatisfatória lhe parecerá a vida. Sente-se limitado porque suas intenções são cerceadas e disso resulta inveja e ciúme. Se compreendermos e sentirmos que já nesta vida estamos relacionados com o infinito, os desejos e atitudes se modificam. Finalmente, só valem pelo essencial e se não acedemos a ele a vida foi desperdiçada. Em nossas relações com os outros é também decisivo saber se o infinito se exprime ou não.

Mas só alcanço o sentimento do ilimitado se me limito ao extremo. A maior limitação do homem é o Si-Mesmo; ele se manifesta na constatação vivida: “sou apenas isso!” Somente a consciência de minha estreita limitação no meu Si-Mesmo me

vincula ao ilimitado do inconsciente. É quando me torno consciente disso que me sinto ao mesmo tempo limitado e eterno. Tomando consciência do que minha combinação pessoal comporta de unicidade, isto é, em definitivo, de limitação, abre-se para mim a possibilidade de conscientizar também o infinito. Mas somente desta maneira. Numa época exclusivamente orientada para o alargamento do espaço vital, assim como para o crescimento a todo custo do saber racional, a suprema exigência é ter consciência de sua unicidade e limitação. Ora, unicidade e limitação são sinônimos. Sem tal consciência não pode haver percepção do ilimitado – e, portanto, nenhuma tomada de consciência do infinito – mas simplesmente uma identificação totalmente ilusória com o ilimitado, que se manifesta na embriaguez dos grandes números e na reivindicação sem limites dos poderes políticos.

Nossa época colocou a tônica no homem daqui, suscitando assim uma impregnação demoníaca do homem e de todo seu mundo. A aparição dos ditadores e de toda a miséria que eles trouxeram provém de que os homens foram despojados de todo

o sentido do além, pela visão curta de seres que se acreditavam muito inteligentes. Assim o homem tornou-se presa do inconsciente. Sua maior tarefa, porém, deveria ser tomar consciência daquilo que, provido do inconsciente, urge e se impõe a ele, em vez de ficar inconsciente ou de com ele se identificar. Porque nos dois casos ele é infiel à sua vocação, que é criar consciência. À medida que somos capazes de discernir, o único sentido da existência é acendermos a luz nas trevas do ser puro e simples. Pode-se mesmo supor que da mesma forma que o inconsciente age sobre nós, o aumento de nossa consciência tem, por sua vez, uma ação de ricochete sobre o inconsciente.

## ÚLTIMOS PENSAMENTOS

Minha biografia seria incompleta se as reflexões que se seguem neste capítulo não fossem anexadas. Elas constituem esclarecimentos indispensáveis, ainda que corram o risco de parecer-teóricas aos olhos do leitor. Mas esta “teoria” é uma

forma de existência que fez parte de minha vida; estabelece um modo de ser, tão necessário para mim como beber ou comer.

## I

Um dos dados mais característicos do cristianismo é o fato de que antecipa em seus dogmas um processo de metamorfose na divindade, e conseqüentemente uma transformação histórica. Isso ocorre sob a forma do novo mito resultante de uma cisão no Céu, à qual se faz alusão pela primeira vez no mito da Criação. De acordo com este mito, um antagonista do Criador aparece como serpente e induz os primeiros homens à desobediência, mediante a promessa de uma consciência amplificada (*Cientes bonum et malum*). A segunda alusão é a queda dos anjos, invasão “precipitada” do mundo humano pelos conteúdos inconscientes. Os anjos pertencem a um gênero singular: são o que são e não podem ser algo de diferente. Entidades em si mesmas desprovidas de alma; representam os pensamentos e as intuições de seu Senhor. No caso da queda dos anjos, não se trata unicamente de “maus” anjos. Eles determinam o efeito bem conhecido da *inflação*, que podemos

observar hoje no delírio dos ditadores: os anjos criam com os homens uma *raça de gigantes* que finalmente se dispõe a devorar a humanidade, tal como nos é relatado no Livro *de Enoch*.

Mas o terceiro e decisivo degrau do mito é a própria realização de Deus sob a forma humana, em cumprimento à idéia do *Velho Testamento* no tocante às bodas divinas e suas conseqüências. Já no cristianismo primitivo a idéia da Encarnação derivara da concepção do *Christus in nobis*. Assim, a totalidade inconsciente irrompera no domínio psíquico da experiência interior e conferira ao homem uma intuição de sua estrutura total. Acontecimento decisivo, não somente para o homem, como também para o Criador: aos olhos daqueles que tinham sido libertos das trevas, Ele se despojava de Seus elementos sombrios e nefastos e se tornava o *summum bonum*. Este mito manteve-se vivo e inalterável durante um milênio, até o século XI, momento em que apareceram os primeiros sinais de uma transformação ulterior da consciência. A partir de então, os sintomas da inquietação e da dúvida multiplicaram-se, e a imagem de uma catástrofe universal começou a esboçar-se no

segundo milênio, isto é, antes de mais nada, a imagem de uma ameaça à consciência. Essa ameaça exprimiu-se no fenômeno dos gigantes, num desvio da consciência: “Nada é maior do que o homem e suas ações.” Perdeu-se o caráter transcendente do mito cristão e, com ele, a visão cristã da totalidade que se perfaz no além.

À luz seguiu-se a sombra, o outro lado do Criador. Este desenvolvimento atinge o ponto culminante no século XX. O mundo cristão confronta-se agora com o princípio do mal, isto é, com a injustiça, a tirania, a mentira, a escravidão e a opressão das consciências. Se essa manifestação inequívoca do mal parecia ter atingido uma forma permanente no povo russo, foi entre os alemães que eclodiu como o primeiro incêndio gigantesco e devastador. E assim tornou-se evidente e irrefutável a que alto grau o cristianismo do século XX fora minado e esvaziado. Em face disso, o mal não poderia mais ser banalizado pelo eufemismo da *privado boni* (privação do bem). O mal tornou-se uma realidade determinante. Não é mais possível desembaraçar-se dele por meio de uma simples troca de nomes; é necessário

aprender a *conviver* com ele, pois ele quer participar da vida. Até a hora atual, ainda é inconcebível como isso será possível, sem maiores danos.

De qualquer maneira, necessitamos de uma nova orientação, isto é, de uma *metanoia* (conversão). Quando se toca no mal, corre-se o risco iminente de se sucumbir a ele. Ora, o homem, de um modo geral, não deve sucumbir nem mesmo ao bem. Um pretense bem ao qual se sucumbe, perde seu caráter moral, não porque tenha se tornado um mal em si, mas porque determina conseqüências más, simplesmente porque se sucumbiu a ele. Qualquer que seja a forma que revele o excesso a que nos entregamos, como o álcool, a morfina ou o idealismo, é nociva. Nunca devemos sucumbir à sedução daquilo que é prejudicial.

O critério da ação ética não pode mais consistir no fato de que aquilo que é considerado bom tome o caráter de um imperativo categórico; inversamente, o que é considerado mau não deve ser evitado de um modo absoluto. Quando reconhecemos a realidade do mal, o bem toma necessariamente um caráter relativo e aparece como uma das metades de dois

termos opostos. O mesmo ocorre com o mal. Os dois constituem, juntamente, um todo paradoxal. Praticamente isto significa que tanto o bem como o mal perderam o caráter absoluto e que somos obrigados a tomar consciência de que representam julgamentos.

A imperfeição de todo julgamento faz-nos, entretanto, perguntar se nossa opinião, em cada caso particular, é justa. Podemos sucumbir a um julgamento falso, mas isso só concerne ao problema ético, na medida que nos sentimos incertos de nossa apreciação moral. Mas nem por isso devemos deixar de tomar nossas decisões sobre o plano ético. A relatividade do “bem” e do “mal” ou do mau não significa de forma alguma que essas categorias não sejam válidas ou não existam. O julgamento moral existe sempre e em toda parte, com suas conseqüências características. Como já assinalei, uma injustiça cometida, ou somente projetada, ou ainda pensada, vingar-se-á de nossa alma, no passado como no futuro, qualquer que seja o curso do mundo. São os conteúdos do julgamento que mudam, submetidos às condições de tempo e de lugar, e em conseqüência

destes. A apreciação moral baseia-se sempre no código de costumes, que parece seguro e nos instiga a discernir o bem do mal. Mas quando sabemos como essa base é frágil, a decisão ética torna-se um ato criador subjetivo, sobre o que não podemos estar certos – senão *Deo concedeste* (com a graça de Deus) – e isso quer dizer que necessitamos de um impulso espontâneo e decisivo que emana do inconsciente. A ética, o ato de decidir entre o bem e o mal, não está implicada em seu princípio; apenas se tornou mais difícil para nós. Nada pode poupar-nos do tormento da decisão ética. Mas por mais rude que isto possa parecer, é necessário, em certas circunstâncias, ter a liberdade de evitar o que é reconhecido como moralmente bom, e fazer o que é estigmatizado como mal, se a decisão ética o exigir. Em outras palavras: é necessário não sucumbir a qualquer um dos dois termos opostos. Contra a unilateralidade dos opostos, temos, sob uma forma moral, o *neti neti* (nem isto, nem aquilo) da filosofia hindu. Nesta perspectiva, o código moral será, em certos casos, irremediavelmente abolido, e a decisão ética dependerá do indivíduo. Isto não representa nada de novo,

pois já significou, no correr dos tempos pré-psicológicos, o que se chama de conflito de deveres.

O indivíduo, porém, é, em regra geral, de tal modo inconsciente, que não percebe suas possibilidades de decisão; por isso procura ansiosamente as regras e as leis exteriores às quais possa ater-se nos momentos de perplexidade. Abstração feita das insuficiências humanas, a educação é em grande parte a culpada por esse estado de coisas: ela procura suas normas exclusivamente no que é normal, e nunca se refere à experiência pessoal do indivíduo. Ensina-se freqüentemente um idealismo que não pode ser satisfeito, e as pessoas que o defendem são conscientes de que nunca os viveram, nem jamais os viverão. Quem, por conseguinte, desejar encontrar uma resposta ao problema do mal, tal como é colocado hoje em dia, necessita em primeiro lugar de um *conhecimento de si mesmo*, isto é, de um conhecimento tão profundo quanto possível de sua totalidade. Deve saber, sem se poupar, a soma de atos vergonhosos e bons de que é capaz, sem considerar a primeira como ilusório ou a segunda como real. Ambas são verdadeiras enquanto

possibilidades e não poderá escapar a elas se quiser viver (como obviamente deveria), sem mentir a si mesmo e sem vangloriar-se.

Mas, em geral, estamos de tal modo distanciados desse nível de consciência, que essa perspectiva parece quase sem esperança, se bem que exista em muitos indivíduos modernos a possibilidade de um conhecimento profundo de si mesmo. Tal conhecimento é necessário, pois só em função dele pode-se atingir aquela camada profunda, aquele núcleo da natureza humana no qual se encontram os instintos. Estes são fatores dinâmicos, presentes a priori, dos quais dependem, em última análise, as decisões éticas de nossa consciência. Eles compõem o inconsciente e seus conteúdos, a propósito do que não há julgamento definitivo. Não podemos ter preconceitos em relação ao inconsciente, pois é impossível abranger sua natureza pelo conhecimento, nem demarcar suas fronteiras racionais. Só podemos chegar ao conhecimento da natureza mediante uma ciência que amplie o consciente, e é por isso que um conhecimento aprofundado de si mesmo requer uma ciência: a psicologia. Seria impossível construir uma luneta astronômica ou

um microscópio com as próprias mãos e com boa vontade, sem que se tivessem sólidas noções de óptica.

Atualmente, necessitamos da psicologia por razões vitais. Estamos perplexos, aturdidos e desorientados diante dos fenômenos do nacional-socialismo e do bolchevismo, pelo fato de que nada sabemos do homem, ou porque vemos apenas a metade banal e deformada de sua imagem. Se tivéssemos um certo conhecimento de nós mesmos, o caso seria outro. Ergue-se diante de nós a terrível questão do mal e não o percebemos, sem falar da resposta que urge dar a ela. Mesmo que esse mal fosse visto, não se compreenderia “como as coisas chegaram a esse ponto”. Um chefe de Estado declarou recentemente, dando provas de uma ingenuidade genial, que não possuía “imaginação para o mal”. Isto me parece muito pertinente: *nós não possuímos nenhuma imaginação para o mal, mas ela nos possui.*

Alguns nada querem saber sobre o mal e outros com ele se identificam. Tal é a situação psicológica do mundo atual. Alguns ainda se imaginam cristãos e pretendem calcar com os pés o suposto mal, enquanto que outros sucumbem a ele, sem discernir

mais o bem. O mal tornou-se, hoje, uma grande potência visível: metade da humanidade apóia-se numa doutrina fabricada a golpes de elucubrações humanas; a outra sofre a falta de um mito apropriado à situação.

No que se refere aos povos cristãos, o cristianismo deliquêscente negligenciou desenvolver seu mito no decurso dos séculos. O cristianismo recusou ouvir aqueles que davam expressão à dinâmica obscura das representações míticas. Um Gioacchino da Fiore, um Meister Eckhart, um Jacob Boehme, e muitos outros foram mantidos em segredo para a grande maioria dos homens. O único raio de luz é Pio XII e seu dogma ,2 mas nem mesmo se compreende o que eu pretendo dizer com isto. Não se compreende que um mito morre quando não vive mais ou quando seu desenvolvimento cessa. Nosso mito emudeceu e não mais nos responde. A culpa, porém, não cabe a ele, tal como está contido nas *Sagradas Escrituras*, mas a nós que não continuamos a desenvolvê-lo; pelo contrário, impedimos todas as tentativas efetuadas nesse sentido. Em sua forma original, o mito mostra bem os pontos a partir dos quais poderiam nascer as possibilidades

de seu desenvolvimento. Por exemplo, as palavras postas na boca de Cristo: “Mostrai-vos, portanto, astutos como a serpente e cândidos como as pombas.” Por que teríamos a necessidade de ser astutos como a serpente? E quanto à candura da pomba? “... Se não voltardes ao estado de infância...” (Mateus XVIII, 3). Mas quem sabe o que as crianças realmente são? Que moral justifica o Senhor quando usurpa o asno de que tem necessidade para entrar em Jerusalém como vitorioso? E quanto à sua irritação semelhante ao de uma criança, quando maldiz a figueira? Que moral se segue à parábola do intendente infiel? E qual será esse conhecimento profundo e de tão grande alcance para nós, que encontramos nas palavras apócrifas do Senhor: “Meu amigo, se sabes o que fazes, és feliz, mas se não o sabes, és um maldito e um transgressor da Lei?”<sup>1,3</sup> O que quer dizer, finalmente, aquilo que Paulo professa (Romanos, VII, 19): “...eu não faço o bem que quero e cometo o mal que não quero”? E eu silêncio diante das profecias inequívocas contidas no *Apocalipse*, às quais, em geral, não se dá crédito, porque são muito embaraçosas.

A questão colocada outrora pelos gnósticos: “De onde vem o mal?” não encontrou resposta no mundo cristão. E a alusão de Orígenes a uma possível redenção do Diabo tornou-se heresia. Mas hoje a questão nos assedia e precisamos dar uma resposta. Permanecemos de mãos vazias, espantados, perplexos, e nem mesmo percebemos que nenhum mito nos ajuda, agora que temos tanta necessidade dele. Em consequência à situação política e aos acontecimentos terríveis, isto é, demoníacos da ciência, sentimos calafrios secretos e pressentimentos obscuros. Mas não sabemos o que fazer e poucos são aqueles que chegam à conclusão de que, desta vez, trata-se da *alma do homem*, há muito esquecida.

O desenvolvimento posterior do mito deveria, sem dúvida, reportar-se ao momento em que o Espírito Santo se revelou aos Apóstolos, fazendo-os filhos de Deus; não somente a eles, mas a todos os que, através deles e depois deles, receberam a filiação – o estado de filho de Deus – participando assim da certeza de que não eram apenas *animalia* autóctones, nascidos da terra, mas que, pelo fato de serem “duas vezes nascidos”, se enraizavam na

divindade. Sua existência visível, corpórea, era desta terra; mas sua humanidade invisível, interior, tinha origem e futuro na primeira imagem da totalidade, no Pai eterno, tal como se exprime o mito da história cristã da salvação.

Assim como o Criador é uma totalidade, Sua criatura, e, conseqüentemente Seu filho, deve também ser total. Seria impossível suprimir o que quer que fosse da representação da totalidade divina; mas sem que houvesse consciência daquilo que ocorria, houve uma cisão na totalidade. Um reino de luz e um reino de trevas nascera. Tal resultado já estava preparado antes do aparecimento de Cristo, como é possível constatar, entre outros, no Livro de Jó ou no Livro *de Enoch*, pré-cristão, e bastante difundido.

Essa dissociação metafísica continuou abertamente no cristianismo: Satã, que, no *Antigo Testamento*, pertencia ainda ao séquito imediato de Jeová, passou a representar a oposição eterna e diametral ao mundo de Deus. Foi impossível extirpa-lo depois disso. Assim pois, não é de se admirar que já no começo do século XI aparecesse a crença de que o criador do mundo

não fosse Deus, mas o Diabo. Isso foi no início da segunda metade da era cristã, quando o mito da queda dos anjos já havia relatado que os anjos que perderam a graça divina é que haviam ensinado aos homens as ciências e as artes perigosas. O que diriam esses antigos narradores depois do acontecimento de Hiroshima?

A visão genial de Jacob Boehme discerniu a dualidade intrínseca da imagem de Deus e colaborou assim na elaboração posterior do mito. O símbolo da mandala esboçada por Boehme representa o deus dissociado; seu círculo interior, com efeito, se cinde em dois semicírculos que se contrapõem e se dão reciprocamente as costas.

Uma vez que, segundo as premissas dogmáticas do cristianismo, Deus é inteiramente presente em cada uma das três pessoas da Trindade, Ele deve encontrar-Se também, totalmente, em cada uma das partes que recebeu o Espírito Santo. Desse modo, cada ser humano pode participar de Deus em sua totalidade e, assim, à filiação, ao estado de filho de Deus. A *complexio oppositorum* (complementaridade dos opostos) no seio da imagem

de Deus, penetra assim no homem, e isso não sob a forma de uma unidade, mas de um conflito, a metade tenebrosa da imagem se chocando com a representação já recebida de que Deus é “luz”. É esse o processo que se desenrola em nosso tempo, sem que os mestres responsáveis pelos homens o tenham compreendido, se bem que sua tarefa fosse discernir estes desenvolvimentos. É verdade que todos sabem que estamos num ponto de mudança importantes das idades, mas a crença é que esse ponto de mudança é suscitado pela fissão ou fusão do átomo, ou pelos foguetes interplanetários. E, como de costume, a cegueira é completa no que diz respeito à alma humana.

A medida que a imagem de Deus é, psicologicamente, uma ilustração e uma manifestação das profundezas da alma, e à medida que esta começa a se tornar consciente sob a forma de uma profunda dissociação que atinge a política mundial, uma compensação psíquica chama pouco a pouco a atenção. Manifesta-se através de imagens unitárias, de pequenos discos que aparecem espontaneamente e que representam uma síntese dos contrastes situados no interior da alma. Creio que a esse

fato se liga o rumor mundial em torno dos *Unidenti fied Flying Objects (U.F.O.)*, comumente chamados discos-voadores, que apareceram pela primeira vez em 1945. Esse rumor ora se apóia em visões, ora em certas realidades. Esses “objetos não identificados” são interpretados como máquinas voadoras provenientes de outros planetas, ou mesmo da “quarta dimensão”.

Há mais de quarenta anos (1918), descobri a existência de um símbolo aparentemente central, de natureza semelhante, no decurso de minhas pesquisas sobre o inconsciente coletivo: o símbolo da mandala. Para estar seguro de minhas idéias, acumulei outras observações durante mais de dez anos, antes de publicar, em 1929, sob uma forma provisória e pela primeira vez, a minha descoberta. A mandala é uma imagem arquetípica cuja existência é verificável através de séculos e milênios. Designa a totalidade do si-mesmo, ou ilustra a totalidade dos fundamentos da alma – no sentido mítico, a manifestação da divindade encarnada no homem. Em oposição à mandala de Boehme, a mandala moderna visa à unidade, isto é, representa

uma compensação da cisão, isto é, sua superação antecipada. Como tal processo ocorre no inconsciente coletivo, manifesta-se por toda parte. É o que mostra o rumor a respeito dos “discos-voadores”, sintoma de uma disposição mental genérica em vigência.

À medida que o tratamento analítico torna a “sombra” consciente, cria uma cisão e uma tensão entre os opostos, os quais, por sua vez, procuram equilibrar-se numa unidade. A ligação se processará mediante símbolos. A confrontação entre os opostos chega ao limite do suportável quando é levada a sério ou quando se é levado a sério pelos opostos. O *tertium non datur* (não há um terceiro termo) da lógica se confirma: é impossível entrever uma terceira solução.

Entretanto, quando tudo se processa de modo satisfatório, esta terceira solução se apresenta de maneira espontânea, naturalmente. É então – e somente então – convincente, sentida como aquilo que se chama “graça”. A solução que nasce da confrontação e da luta dos opostos é, na maioria das vezes, constituída por uma mistura inextricável de dados conscientes e

inconscientes, e é por isso que se pode considerá-la um “símbolo” (uma moeda cortada em duas, cujas metades se encaixam perfeitamente).<sup>6</sup> Esta solução representa o resultado da cooperação entre o consciente e o inconsciente; representa uma analogia com a imagem de Deus, sob forma de mandala, que é indubitavelmente o esquema mais simples de uma representação da totalidade, oferecendo-se espontaneamente à imaginação para figurar os opostos, sua luta e conciliação em nós. A confrontação que é, inicialmente, de natureza puramente pessoal, logo é acompanhada pela intuição e pelo conhecimento de que a tensão subjetiva entre os opostos é, no todo, um caso particular das tensões conflitantes do mundo.

Pois nossa psique é estruturada à imagem da estrutura do mundo, e o que ocorre num plano maior se produz também no quadro mais ínfimo e subjetivo da alma. Por este motivo, a imagem de Deus é sempre uma projeção da experiência interior vivida no momento da confrontação com um opositor poderosíssimo. Este é figurado por objetos que deram origem à experiência interior e que, a partir daí, guardaram uma

significação numinosa; ou então é caracterizado por uma numinosidade e pela força subjugante dele. No último caso, a imaginação se liberta do simples plano do objeto e tenta esboçar a imagem de uma entidade invisível, que existe atrás das aparências. Penso aqui na mais simples das formas fundamentais da mandala, a circunferência, e na divisão mais simples do círculo (mentalmente): o quadrado e a cruz.

Tais experiências têm uma influência benigna ou devastadora no homem. Este não pode apreendê-las, compreendê-las, nem dominá-las. Não pode livrar-se delas ou escapar-lhes, e por este motivo as sente como relativamente subjugantes ou mesmo onipotentes. Reconhecendo com precisão que elas não provêm de sua personalidade consciente, o homem as designa de *mana*, Demônio ou Deus. O conhecimento científico utiliza o termo “inconsciente”, confessando assim sua ignorância na matéria, o que é compreensível, uma vez que esse tipo de conhecimento nada pode saber da psique, porquanto só através dela pode atingir o conhecimento. Eis porque não é possível disoutir ou afirmar a

validade da designação de *mana*, Demônio ou Deus, mas unicamente constatar quê o sentimento de algo estranho ligado à experiência de algo objetivo é autêntico.

Sabemos que acontecem coisas totalmente desconhecidas e estranhas em nossas vidas. Da mesma forma, sabemos que não fabricamos um sonho ou uma idéia, mas que ambos nascem como que por si mesmos. Assim o que se abate sobre nós é um efeito que provém do *mana*, de um demônio, de Deus ou do inconsciente. As três primeiras designações possuem a grande vantagem de abranger e evocar a qualidade emocional do numinoso, enquanto que a última – o inconsciente – é banal e, portanto, mais próxima da realidade.

O conceito de inconsciente inclui o plano das coisas experimentáveis, isto é, a realidade cotidiana, tal como é conhecida e abordável. O inconsciente é um conceito demasiado neutro e racional para que, na prática, possa se mostrar de grande ajuda à imaginação. Ele foi forjado precisamente para o uso científico; portanto, é mais apto para uma abordagem das, coisas sem paixão e sem exigências

metafísicas, do que conceitos transcendentos que são passíveis de crítica e que podem desviar para um certo fanatismo.

Daí, prefiro o termo “inconsciente”, sabendo perfeitamente que poderia também falar de “Deus”, ou do “Demônio” se quisesse me exprimir de maneira mítica. À medida que me exprimo miticamente, “mana”, “Demônio”, “Deus” são sinônimos de inconsciente, pois sabemos a respeito dos primeiros tanto ou tão pouco quanto do último. *Acreditamos* simplesmente saber mais sobre os, primeiros, o que, na verdade, para certos fins, é muito mais útil e muito mais eficaz do que recorrer a um conceito científico.

A grande vantagem dos conceitos de “Demônio” e “Deus” está em permitir uma objetivação bem melhor do defrontar-se, ou seja, da *personificação* deles. Suas qualidades emocionais lhes conferem vida e eficácia. Odio e amor, medo e veneração surgem no teatro da confrontação e a dramatizam em grau supremo. Dessa forma, o que era simplesmente “exposto”, se torna “atuado”. O desafio é lançado ao homem total e é com toda a sua realidade que ele se empenha no combate. Só dessa forma o homem pode atingir

a totalidade e “Deus pode nascer”, isto é, participar da realidade humana e associar-se ao homem sob a forma de “homem”. Por esse ato de encarnação o homem, isto é, o eu, é substituído interiormente por “Deus” e Deus se torna exteriormente o homem de acordo com as palavras de Cristo: “Quem me viu a mim, viu meu Pai” (João XIV, 9).

Esta constatação faz aparecer o inconveniente da terminologia mítica. A representação de Deus, tal como habitualmente é feita pelo homem cristão, é a de um Pai onipotente, onisciente, cheio de bondade, o Criador do mundo. Para esse Deus tornar-se homem é indispensável uma formidável *kenosis* (esvaziamento) que reduza a totalidade divina à escala infinitesimal do homem; e mesmo que isso aconteça, é difícil compreender como o homem não explodiria, despedaçado pela encarnação. Por isso, a especulação dogmática precisou dotar o Cristo de qualidades que o situam além da condição humana habitual. Falta-lhe, antes de mais nada, a *macula peccati* (a mancha do pecado) e isto já o faz um homem-Deus ou um semi-Deus. A imagem cristã de Deus não pode, sem contradições, encarnar-se

no homem empírico, abstração feita de que o homem exterior parece pouco apto para fornecer a representação adequada de um deus.

O mito deve, enfim, levar a sério o monoteísmo e abandonar o dualismo (nascido oficialmente) que até hoje faz subsistir um eterno e tenebroso antagonista ao lado de um bem todo-poderoso. O mito deve permitir que se exprima a *complexio oppositorum* filosófica de um Nicolas de Cusa e a ambivalência moral que se encontra em Jacob Boehme. Somente assim poderão ser atribuídos ao Deus único a totalidade e a síntese dos opostos que lhe são próprias. Quem já experimentou o fato de que 'os opostos, “por sua própria natureza”, podem unificar-se graças ao símbolo, de tal modo que não tendam mais a dispersar-se, nem a se combater mas, contrariamente, tendam a completar-se reciprocamente e a dar à vida uma forma plena de sentido, não terá mais dificuldades diante da ambivalência da imagem de um Deus da natureza e da criação. Compreenderá precisamente o mito do “tornar-se homem”, necessário a Deus, mensagem cristã essencial como uma confrontação criadora do homem com

os elementos contrários, assim como sua síntese na totalidade da personalidade, o si-mesmo. Os contrastes interiores necessários na imagem de um Deus criador podem ser reconciliados na unidade e totalidade do si-mesmo, enquanto *coniunctio oppositorum*. – Na experiência do si-mesmo não se cogita mais de superar o contraste “Deus e homem”, como anteriormente, mas da oposição no próprio seio da imagem de Deus. É esse o sentido do “serviço de Deus”, isto é, do serviço que o homem pode prestar a Deus, para que a luz nasça das trevas, para que o Criador tome consciência de Sua criação, e que o homem tome consciência de si mesmo.

Tal é a meta, ou uma das metas, que integra o homem na criação de maneira sensata e que, ao mesmo tempo, confere um sentido a ela. Foi esse mito explicativo que cresceu em mim no decorrer de decênios. Trata-se de uma meta que posso reconhecer e apreciar e que graças a isso me satisfaz.

Em virtude de suas faculdades de reflexão, o homem elevou-se acima do reino animal e, mediante seu espírito, demonstra que é precisamente pelo desenvolvimento da

consciência que a natureza investiu-o de grande valor. Graças a tal desenvolvimento, ele se apodera da natureza, reconhece a existência do mundo e, por isso mesmo, o confirma de qualquer forma ao Criador. Por isso, o mundo torna-se um fenômeno, o que não seria, sem reflexão consciente. Se o Criador fosse consciente de si mesmo, não teria necessidade das criaturas conscientes; não é provável, também, que os caminhos da criação, indiretos no mais alto grau, e desperdiçando milhões de anos na criação de inumeráveis espécies e criaturas, correspondam a uma intenção polarizada para uma meta. A história da natureza nos conta a metamorfose fortuita e ao acaso das espécies, que através de centenas de milhões de anos devoraram e se entredevoraram. A história biológica e política da humanidade também nos ensina exhaustivamente sobre isso. Mas a história do espírito se inscreve num outro registro. É aqui que se introduz o milagre da consciência refletiva, segundo a cosmogonia. A importância da consciência é de tal forma vasta que não se pode deixar de supor que o elemento *sentido* jazia provavelmente oculto em todo o aparato biológico, monstruoso e aparentemente insensato, e que

enfim pôde manifestar-se como que por acaso, na escala dos animais de sangue quente e cérebro diferenciado, não de modo intencional ou previsto, mas como que pressentido através de um “impulso obscuro”, intuitivo e tateante.

Exprimindo tais pensamentos, não imagino ter dito algo de definitivo a respeito do sentido e do mito do homem; creio, porém, que isto é o que pode e deve ser dito ao fim do *eon* de Pisces, diante do von que se aproxima, o de Aquário, cuja forma é humana. O Aquário vem depois de dois Peixes, em oposição (uma *coniunctio oppositorum*) e parece figurar o Si-mesmo. De um modo soberano, ele derrama o conteúdo do seu cântaro na boca do *Piscis austrinus* que representa um filho, um elemento ainda inconsciente. Deste surgirá, depois de um eon ainda mais vasto, de cerca de dois mil anos, um futuro evocado pelo símbolo do Capricórnio. O Capricórnio ou *aigokeros* é o monstro cabra-peixe," simbolizando a união das montanhas e das profundezas do mar, um contraste de dois animais em junção inseparável. Este ser singular poderia facilmente representar a imagem primitiva de um Deus criador que se confronta com o “homem”,

*o anthropos*. A respeito dessa imagem permaneço em silêncio; o mesmo ocorre no que diz respeito ao material de experiências disponível, isto é, os produtos do inconsciente de outros homens que conheci, ou documentos históricos. Quando uma compreensão não é clara por si mesma, toda especulação é destituída de sentido, que só sobrevém quando existem, elementos objetivos, como no caso do *eon* de Aquário.

Ignoramos até que ponto poderá levar o processo da tomada de consciência e para onde conduzirá o homem. Existe, na história da criação, um *novum* (um elemento novo), ao qual não existe qualquer termo de comparação. Por este motivo não se pode saber que potencialidades encerra, nem se é lícito prever para a espécie do homo *sapiens* um desabrochar e depois um desaparecer, tal como aconteceu em – relação aos animais pré-históricos. A biologia é incapaz de nos fornecer um só argumento contrário a tais possibilidades.

O homem satisfaz à necessidade da expressão mítica quando possui uma representação que explique suficientemente o sentido da existência humana no cosmos, representação que

provém da totalidade da alma, isto é, da cooperação do consciente e do inconsciente. A carência do sentido impede a plenitude da vida e significa, portanto, doença. O sentido torna muitas coisas, talvez tudo, suportável. Jamais alguma ciência substituirá o mito e jamais o mito poderá nascer de alguma ciência. Não é “Deus” que é um mito, mas o mito que é a revelação de uma vida divina no homem. Não somos nós que inventamos o mito, é ele que nos fala como “Verbo de Deus”. O “Verbo de Deus” vem a nós e não temos nenhum meio de distinguir “se” e “como” ele é diferente de Deus. Nada há que não seja conhecido e humano a respeito do Verbo, salvo a circunstância de que surgiu espontaneamente diante de nós e nos dominou. Ele não depende de nosso arbítrio. Impossível explicar uma “inspiração”. Sabemos que a “idéia que nos vem ao espírito” não é fruto de nossas elucubrações, mas vinda de “algum lugar”, que nos invade. E quanto ao sonho premonitório, como poderíamos atribuí-lo à nossa própria razão? Em casos semelhantes, ignora-se muitas vezes e por

muito tempo que o sonho contenha um saber prévio e à distância.

O Verbo nos ocorre; nós sofremos a sua ação, pois estamos expostos a uma profunda insegurança; para Deus, enquanto *complexio oppositorum*, “todas as coisas são possíveis” no sentido mais amplo da expressão, isto é, verdade e erro, bem e mal. O mito é ou pode ser equívoco, tal como o oráculo de Delfos ou um sonho. Não podemos, nem devemos renunciar ao uso da razão; e não devemos também abandonar a esperança de que o instinto se precipite em nossa ajuda. Neste caso, um deus nos apoiaria contra Deus, tal como Jó o compreendera. Pois tudo aquilo que se exprime através da “outra vontade” é uma condição humana, elaborada pelo pensamento do homem, por suas palavras, suas imagens e todas as suas limitações. É por isso que o homem refere tudo a si mesmo quando começa a pensar desajeitadamente em termos psicológicos, acreditando que tudo provém de sua intenção e de “si próprio”. Pressupõe dessa forma, com uma ingenuidade infantil, que conhece todos os seus domínios e que sabe “o que ele próprio é”. Não desconfia que a fraqueza de sua consciência e o

medo correspondente do inconsciente o impedem de distinguir o que inventou intencionalmente daquilo que proveio de outra fonte. Não tem objetividade diante de si próprio e não pode ainda considerar-se como esse fenômeno que afinal de contas é obrigado a constatar e ao qual – *— fôr better or worse* – é idêntico. Inicialmente, sofre a ação das coisas, elas lhe ocorrem, “caem sobre ele” e só muito penosamente consegue conquistar e manter uma esfera de relativa liberdade.

Apenas quando alcança tal conquista – e somente então – conseguirá reconhecer que está confrontado com seus fundamentos involuntários, com as circunstâncias dadas por seu embasamento, que não teria meios de impedir. Mas seus fundamentos não se limitam unicamente a fatos passados; pelo contrário, vivem com ele, como base permanente de sua existência, e sua consciência depende de sua colaboração, pelo menos tanto quanto do mundo físico circundante.

Esses dados que assaltam o homem e a ele se impõem, poderosamente, tanto vindos de fora como de dentro, consubstanciam-se na representação da divindade e é com a

ajuda do mito que ele pode descrever seus efeitos; o homem compreendeu o mito como “Verbo de Deus”, isto é, como inspiração e revelação daquilo que as realidades do “outro lado” têm de numinoso.

## II

A melhor maneira do indivíduo se proteger do risco de confundir-se com os outros é a posse de um segredo que queira ou deva guardar. Todo o início da formação de sociedades implica na necessidade de uma organização secreta. Quando não há motivos suficientemente imperiosos para a manutenção do segredo, inventam-se ou “arranjam-se” segredos que só são “conhecidos” ou “compreendidos” pelos que têm o privilégio de iniciação. Assim foi entre os rosa-cruz e muitas outras sociedades secretas. Entre as pseudo-secrètas existem – ó ironia! – as que nem mesmo são conhecidas pelos iniciados; por exemplo, as que emprestaram seus “segredos” principalmente à tradição alquimista.

A necessidade de cercar-se de mistério é de importância vital no estágio primitivo, pois o segredo compartilhado constitui o cimento da coesão do grupo. No estágio social, o segredo representa uma compensação salutar da falta de coesão da personalidade individual, que submerge e se dispersa mediante recaídas sucessivas na identidade primitiva inconsciente com os outros. A busca da meta, sendo ela o indivíduo consciente de suas particularidades, torna-se um longo trabalho educativo, quase sem esperança, devido ao seguinte fato: uma comunidade constituída por indivíduos isolados, que tiverem o privilégio da iniciação, não pode se reconstituir senão através de uma identidade inconsciente, mesmo quando se trata de uma identidade socialmente diferenciada.

A sociedade secreta é um estágio intermediário no caminho da individuação: confia-se ainda a uma organização coletiva a tarefa de ser diferenciado por ela, isto é, ainda não se compreendeu que é tarefa do indivíduo ficar de pé, por si mesmo, e ser diferente dos demais. Todas as identidades coletivas, quer se refiram a organizações, profissões de fé

relativas a tal ou qual *ismo*, etc., ameaçam e se opõem ao cumprimento dessa tarefa. Essas identidades coletivas são muletas para os paralíticos, escudos para os ansiosos, divãs para os preguiçosos, recreio para os irresponsáveis, mas também albergues para os pobres e fracos, o porto protetor para os naufragos, o seio da família para os órfãos, a meta gloriosa e ardentemente desejada para os que se extraviaram e se decepcionaram, a terra prometida para os peregrinos extenuados, o rebanho e o cercado seguro para as ovelhas desgarradas e a mãe que significa nutrição e crescimento.

Por este motivo não se deve considerar esse grau intermediário como um obstáculo; ele representa, ao contrário, e ainda por muito tempo, a única possibilidade de existência do indivíduo que hoje, mais do que nunca, se encontra ameaçado pelo anonimato. O fato de pertencer a uma organização coletiva é tão importante na nossa época que tem mesmo o direito de parecer como meta definitiva, enquanto que toda tentativa de sugerir ao homem a eventualidade de um passo a mais no caminho da autonomia pessoal é considerada como

presunção, desafio prometeico, fantasia ou mesmo impossibilidade.

Mas pode acontecer que alguém, por motivos importantes, se sinta constrangido a procurar o seu caminho, por seus próprios meios, em direção a horizontes mais largos, porquanto não encontra em nenhuma forma, em nenhum molde, em nenhum dos envoltórios, em nenhum dos meios de vida que lhe são oferecidos, aquele que lhe convém. E então irá só, representando sua própria sociedade. Será sua própria multiplicidade que se compõe de numerosas opiniões e numerosas tendências, nem todas seguindo, necessariamente, o mesmo sentido. Pelo contrário, estará em estado de dúvida em relação a si mesmo, e sofrerá grandes dificuldades para conduzir sua própria multiplicidade a uma ação homogênea e integrada. Mas o fato de estar exteriormente protegido pelas formas sociais de um desses graus intermediários, aos quais acabamos de nos referir, não implica que esteja protegido da multiplicidade interior que o cinde intimamente e' o impele a voltar ao desvio que representa a identidade com o mundo exterior.

Assim como o iniciado, graças ao segredo da sociedade, não se marginaliza e participa de uma coletividade menos diferenciada, o indivíduo isolado tem necessidade, para caminhar solitário, de um segredo que, por qualquer motivo, não deva nem possa revelar. Tal segredo o obriga a isolar-se em seu projeto individual. Muitos indivíduos não podem suportar tal isolamento. São os neuróticos que brincam de esconde-esconde com os outros e consigo mesmo, sem se levar a sério, nem aos outros. Em regra geral, essas pessoas sacrificam sua meta individual à necessidade da adaptação social, encorajados por todas as opiniões, todas as convicções e todos os ideais do ambiente. Por outro lado, não há argumento racional contra estes últimos. Só um segredo que não se pode trair, isto é, um segredo que nos inspira medo ou que não poderíamos formular conceitualmente (e que, por isso, pertence aparentemente à categoria das “loucuras”), pode impedir a regressão inevitável ao coletivo.

A necessidade de um tal segredo é, em muitos casos, tão grande, que suscita pensamentos e ações, cuja responsabilidade é

quase impossível de se suportar. Às vezes, atrás de tais atitudes, seria falso ver apenas arbitrariedade e presunção; pelo contrário, trata-se de uma *dura necessitas* (cruel necessidade) inexplicável para o próprio indivíduo e que se apodera dele como um destino inelutável que mostra a ele – *ad oculos* – talvez pela primeira vez em sua vida, a existência de fatores estranhos, mais poderosos do que ele, no seio de seus mais íntimos domínios, e dos quais se acreditava senhor.

Um exemplo significativo é a história de Jacó que lutou com o anjo, saiu com a anca deslocada, mas que desse modo evitou cometer um assassinio. O Jacó dessa época tinha a vantagem de que todos acreditaram em sua história. Um Jacó de hoje apenas encontraria por toda parte um sorriso eloquente. Dessa forma, ele preferirá não tocar no assunto, sobretudo se tiver que formar uma opinião pessoal sobre o enviado de Jeová. Assim, querendo ou não, tem a posse de um segredo indiscutível, e sai do círculo da coletividade. Naturalmente, sua restrição mental surgirá em pleno dia se não conseguir ser hipócrita durante toda a vida. Mas tornar-se-á neurótico quem quiser fazer

as duas coisas ao mesmo tempo: seguir sua meta individual e adaptar-se à coletividade. Um “Jacó” não confessa que o anjo é o mais forte, pois nunca afirmou a impossibilidade do anjo se afastar, mancando.

Aquele que, impelido por seu *daimon*, ousa ultrapassar as fronteiras desse estado intermediário marcado pela pertinência a uma coletividade penetra, por assim dizer, no “inexplorado para sempre inexplorável”, onde não há mais caminhos seguros que o guiem, nem abrigos que estendam sobre ele um teto protetor. Nessa região, não há mais leis, no caso de uma situação inesperada, como por exemplo, um conflito de deveres, que não se pode resolver à força. Habitualmente uma excursão desse tipo nessa *no man's land* dura até que uma situação conflitante apareça no horizonte. Quando ocorre o conflito, ou quando se lhe sente o cheiro, mesmo de longe, a excursão finda rapidamente. Se, nessas condições, alguém “dá no pé”, eu não o censuraria. Mas se, pelo contrário, alguém se pavoneia e considera um mérito o que foi fraqueza e covardia, eu não poderia aprova-lo. Como meu

desprezo não faz mal a ninguém, posso exprimi-lo com toda a tranqüilidade.

Mas se alguém assume a responsabilidade de resolver uma situação litigiosa de deveres contraditórios, debatendo a questão em face do juiz perante o qual comparece dia e noite, encontrar-se-á eventualmente na posição do “homem-só”: possui um segredo que não admite qualquer debate público pela excelente razão de que esse homem já é fiador perante si mesmo de uma acusação impiedosa e de uma defesa obstinada; nenhum juiz temporal ou espiritual poderia devolver-lhe o sono. De resto, se ele não conhecesse previamente, até à náusea, as decisões desses eventuais juizes, os fatos nunca teriam chegado a um conflito de deveres. Este último, sempre supõe uma consciência elevada de suas responsabilidades. É justamente esta virtude que lhe proíbe a aceitação de uma decisão coletiva; e por este motivo o júri do mundo exterior é transposto para o mundo interior onde uma decisão será tomada, de portas fechadas.

Esta transformação confere ao indivíduo uma significação antes ignorada. Ele será, doravante, não só seu eu bem

conhecido e socialmente definido, como também a instância que negocia o que ele vale em si mesmo. Nada aumenta mais a tomada de consciência do que a confrontação interior com os fatores opostos. Não só a acusação coloca sobre a mesa os dados desconhecidos, como a defesa também passa a procurar argumentos em que até então não havia pensado. Disso resulta que uma parte importante do mundo exterior é transportada para o mundo interior, e esse mesmo elemento é subtraído ao mundo exterior; por outro lado, o mundo interior ganha na mesma proporção e é elevado à dignidade de um tribunal de decisão ética. O eu, que antes era unívoco, por assim dizer, perde a prerrogativa de ser simplesmente o acusador e adquire, em troca, o inconveniente de também ter que ser acusado. O eu torna-se ambivalente, ambíguo e fica mesmo entre a bigorna e o martelo. *Torna-se consciente de uma polaridade de opostos que lhe é “sobre-ordenada”.*

Ainda que se discuta e se argumente até o dia do juízo final, nem todos os conflitos de deveres serão realmente “resolvidos”. Talvez nenhum conflito seja efetivamente “resolvido”. Um belo

dia, entretanto, a decisão simplesmente se apresenta como uma espécie de curto-circuito. A vida prática não tolera ser mantida em suspenso por uma eterna contradição. Os pares de opostos e sua contradição inerente, entretanto, não desaparecem, se bem que por um momento passem para o segundo plano, em prol do impulso da ação. Os pares de opostos ameaçam constantemente a unidade da personalidade e sempre de novo enredam a vida em contradições.

Considerando tal situação, parece recomendável “ficar em casa”, isto é, nunca desertar dos cercados e abrigos coletivos, pois só eles prometem garantia contra os conflitos interiores. Aquele que não for

*obrigado* a abandonar pai e mãe estará, seguramente, mais abrigado junto deles. Mas são numerosos os que se sentem impelidos para fora do lar, num caminho individual. Sem demora conhecerão o positivo e o negativo da natureza humana.

Do mesmo modo que toda energia procede de pólos opostos, a alma possui também uma *polaridade* interior,

pressuposição inalienável de sua vitalidade, como Heráclito já o reconheceu. Tanto teórica como praticamente essa polaridade é inerente a tudo o que vive. Diante dessa poderosa condição mantém-se a unidade facilmente perturbável do eu que se formou, de modo progressivo, ao longo de milênios e só com ajuda de inúmeras medidas de proteção. A elaboração mesma de um eu parece ter sido possível graças ao fato de que todos os opostos tendem, reciprocamente, a equilibrar-se. Isto ocorre no processo energético que começa pela tensão entre o frio e o quente, o alto e o baixo, etc. A energia, que é a base da vida psíquica consciente, preexiste a esta última, e é por conseguinte inicialmente inconsciente. Quando aflora à consciência, se apresenta primeiro projetada em figuras como *mana*, deuses, demônios, etc., cujo *numen* parece ser a fonte de força que condiciona sua existência, enquanto essa energia é concebida sob a forma dessas imagens. Mas, à medida que esta forma se esfuma e se torna ineficaz, o eu, isto é, o homem empírico, parece tomar posse dessa fonte de força, e isso no sentido pleno desta proposição ambígua: por um lado, ele busca tomar posse desta

energia, a fim de ser seu senhor até o ponto de acreditar que a possui; por outro lado, é possuído por ela.

Esta situação grotesca, entretanto, ocorre quando apenas os conteúdos da consciência passam por formas de existência do psíquico. Neste caso, a inflação devida a projeções recorrentes não pode ser evitada. Mas quando se admite a existência de uma psique inconsciente, os conteúdos das projeções podem ser integrados em formas instintivas inatas que precedem a consciência. Graças a isso, a objetividade e a autonomia da consciência são mantidas e a inflação é evitada. Os arquétipos que preexistem à consciência e que a condicionam aparecem então no papel que realmente desempenham: o de formas estruturais *a priori* do fundamento instintivo da consciência. Não constituem absolutamente um em-si das coisas, mas sim formas em que são percebidas, consideradas e compreendidas. Naturalmente, os arquétipos não representam a única base da aparência das representações. Eles são apenas os fundamentos da parte coletiva de uma concepção. Enquanto constituem uma qualidade do instinto, participam de sua natureza dinâmica e possuem, por conseguinte, uma energia específica que

determina, às vezes de uma forma constrangedora, modos de comportamento, impulsões. Isto quer dizer que em certas circunstâncias os arquétipos têm uma força de possessividade e de obsessão (numinosidade!). Concebê-los sob a forma de *daimonia* (poderes sobrenaturais) corresponde perfeitamente à sua natureza.

Se alguém, por acaso, acreditar que uma tal formulação possa alterar de algum modo a *natureza* das coisas, denotará que é excessiva sua crença no valor das palavras. Os dados reais não mudam quando aplicamos a eles outros nomes. Só nós poderíamos, casualmente, ser afetados. Se alguém concebesse “Deus” como um “puro nada”, de nada atingiria. o princípio que nos ultrapassa. Continuaríamos tão possuídos por Ele como antes. Não amputamos absolutamente a realidade mudando-lhe o nome; no máximo poderemos tomar uma falsa atitude em relação a ela, se o nome novo implicar uma negação; inversamente, a denominação positiva de uma coisa incognoscível poderá colocar-nos diante dela numa atitude positiva. É por isso que quando aplicamos a “Deus” a denominação de

“arquétipo” nada exprimimos sobre sua natureza própria. Mas reconhecemos, assim, que “Deus” está inscrito nessa parte de nossa alma preexistente à nossa consciência e que, portanto, Ele não pode ser uma invenção desta última. Dessa forma, Deus não é nem afastado nem aniquilado mas, pelo contrário, é posto na proximidade daquilo que se pode experimentar. Esta circunstância não deixa de ser essencial: é comum a suspeita de que uma coisa não experimentável não existe. Tal suspeita leva alguns pretensos crentes (que não se dão ao trabalho de examinar mais a fundo a questão) a nomear de ateísmo, ou então de gnosticismo, a minha tentativa de reconstituir a alma primitiva inconsciente; de qualquer modo não reconhecem qualquer realidade psíquica como a do inconsciente. Se este significa alguma coisa, deve compor-se das fases percorridas antes do desenvolvimento histórico de nossa psique consciente.

Quase todos concordam que a hipótese do homem ter sido criado em toda a sua glória no sexto dia da Criação, sem degrau anterior, é muito simplista e arcaica para nos satisfazer. Mas em relação à psique, as concepções arcaicas continuam em vigor: a

psique não teria antecedentes arquetípicos; seria uma *tabula rasa*, uma criação inteiramente nova, que tem origem na ocasião do nascimento. Em suma, seria apenas o que ela mesma imagina ser.

A consciência é f logenética e ontogeneticamente secundária. Já é tempo desta evidência ser enfim admitida. O corpo tem uma pré-história anatômica de milhões de anos – o mesmo acontece com o sistema psíquico. O corpo humano atual representa em cada uma de suas partes o resultado desse desenvolvimento, transparecendo as etapas prévias de seu presente; o mesmo acontece com a psique. A consciência começou, segundo a perspectiva de seu desenvolvimento histórico, num estado quase animal de inconsciência, que a criança repete em sua diferenciação. A psique da criança, em estado pré-consciente, é nada menos que *tabula rasa*; pode-se reconhecer, sob todos os pontos de vista, que é pré-formada individualmente e equipada com todos os instintos especificamente humanos, inclusive com os fundamentos *a priori* das funções superiores.

É sobre esta base complexa que o eu se forma e é, ela que o conduzirá ao longo da vida. Quando tal base não preenche seu

papel de apoio o eu se detém e morre. A existência e a realidade dessa base são de importância vital. Comparado a ela, o mundo exterior tem uma significação secundária, pois afinal o que significará esse mundo exterior se me faltar o impulso endógeno que, normalmente, me incita a apoderar-me dele? Jamais uma vontade consciente substituirá o instinto de vida. Esse instinto surge em nós, do íntimo, como uma obrigação, uma vontade, uma ordem, e quando o chamamos de *daimon* pessoal, como sempre aconteceu e acontece, pelo menos exprimimos de forma pertinente a situação psicológica. E mesmo quando tentamos circunscrever mais precisamente, mediante o conceito de arquétipo, o ponto em que o *daimon* nos agarra, nada eliminamos e nada podemos fazer para nos aproximar da fonte da vida.

É muito natural, pois, que na qualidade de *psiquiatra* (que significa “médico da alma”) eu me incline para tal concepção; pois o que me interessa, em primeiro lugar, é saber como ajudar meus doentes a encontrar sua base e sua saúde. Através da experiência percebi a soma de conhecimentos que tal tarefa implica! Mas o mesmo ocorreu com a medicina em geral. Ela não

progrediu descobrindo a cura mediante truques que teriam simplificado enormemente seus métodos. Pelo contrário, enveredou, a perder de vista, por complicações. em grande parte devidas a empréstimos feitos a todas as ciências possíveis. Quanto a mim, não pretendo interferir de forma alguma em outras matérias; procuro simplesmente utilizar seus conhecimentos em meu domínio. Naturalmente, tenho o dever de justificar essas utilizações e suas conseqüências. Pois descobertas são feitas quando se transferem conhecimentos de um domínio para outro, a fim de empregá-los de maneira prática. Quantos achados não teriam ocorrido se os raios X deixassem de ser utilizados em medicina, por serem uma descoberta da física! Quanto ao fato de que, em certos casos, possa haver perigo na terapia pelos raios X, isso interessa ao médico, mas não necessariamente ao fsico, que se serve desses raios de outra maneira e para outros fins. O fsico não pensará que o médico pretende iludi-lo ao chamar-lhe a atenção para certas propriedades nocivas ou salutareas da radioscopia.

Quando uso, por exemplo, conhecimentos históricos ou teológicos no domínio da psicoterapia, eles aparecem naturalmente sob uma nova luz e levam a outras conclusões que não aqueles limitados domínios de sua especialidade, onde servem para outros fins.

O fato de que uma polaridade está à base do dinamismo psíquico implica que a problemática dos opostos, no sentido mais amplo, penetra no campo de discussão psicológica, com todos os seus aspectos religiosos e filosóficos. Estes, então, perdem o caráter independente que possuem em seu domínio especializado, e isto, necessariamente, porque são premidos, interrogados, sob um ângulo psicológico; não são mais considerados sob o ângulo da verdade filosófica ou religiosa, mas examinados, no sentido de apurar o que comportam de significação e de fundamento psicológicos.

Livres da pretensão de constituírem verdades independentes, o fato de serem consideradas empiricamente, isto é, segundo a perspectiva das ciências de observação, faz com que tais verdades sejam sobretudo e antes de mais nada, *fenômenos*

*psíquicos*. Este fato me parece indiscutível. Essas verdades pretendem ser fundadas em si mesmas e por elas mesmas; mas o modo psicológico de considerar as coisas perturba essa pretensão: isso não exclui, simplesmente, a possibilidade de que tal exigência seja vista ilegítima, mas lhe consagra uma atenção toda particular. A psicologia ignora julgamentos tais como: “isso é *apenas* religioso” ou “isso é *apenas* filosófico”, ao contrário da censura que a ela se dirige freqüentemente, em particular por parte do mundo teológico: “isso é *apenas* psíquico”.

Todas as expressões possíveis e imagináveis, quaisquer que sejam, são produtos da psique. Entre outras coisas, a psique aparece como um processo dinâmico que repousa sobre antíteses e sobre o caráter antitético de seus conteúdos, podendo ser representada como uma tensão entre dois pólos. Como os princípios explicativos não devem ser multiplicados além do necessário, e a perspectiva energética foi satisfatória enquanto princípio explicativo das ciências físicas, podemos limitar-nos a ela também no que diz respeito à psicologia. Não há qualquer dado seguro que demonstre que outra concepção seja mais

adaptada; além disso, o caráter antitético, a polaridade da psique e de seus conteúdos se revelaram como um dos resultados essenciais da experiência psicológica.

Se a concepção energética da psique é correta, todas as constatações que procuram ultrapassar as fronteiras da polaridade psíquica, como, por exemplo, as afirmações a respeito de uma realidade metafísica, serão paradoxais se pretenderem reivindicar qualquer validade.

A psique não pode ir além de si mesma, isto é, não pode estabelecer o estatuto de qualquer verdade absoluta, pois a polaridade que lhe é inerente condiciona a relatividade de suas afirmações. Sempre que a psique proclama verdades absolutas – como, por exemplo: “a essência eterna é o movimento”, ou “a essência eterna é o Uno” – ela cai, *nolens volens*, num ou noutro dos pólos opostos. Poder-se-ia também afirmar: “a essência eterna é a imobilidade”, ou “a essência eterna é o Todo”. Caindo na unilateralidade, a psique se desintegra e perde a faculdade de discernimento. Degenera numa sucessão de estados psíquicos irrefletidos (porquanto se mostram refratários , à reflexão), cada

um deles acreditando-se fundado em si mesmo porque não vê ou não pode ainda ver outros estados.

Isso não exprime, naturalmente, qualquer julgamento de valor, mas formula o fato de que, muitas vezes ou mesmo inevitavelmente, se ultrapassa a fronteira, pois “tudo é transição”. A tese é seguida pela antítese e, entre as duas, nasce um terceiro termo, uma *lysis*, uma solução que não era perceptível anteriormente. Através desse processo a psique, mais uma vez, manifesta sua natureza antitética, sem sair realmente de seus próprios limites.

Mediante o esforço de mostrar as limitações da psique, não quero de forma alguma sugerir que existe *somente* a psique. Mas quando e na medida em que se trata de percepção e de conhecimento, não temos meios de ver além da psique. A ciência está implicitamente convencida de que existe um objeto não-psíquico transcendente. Mas sabe também como é difícil reconhecer a natureza real do objeto, particularmente quando o órgão das percepções é deficiente ou inexistente, ou quando as formas de pensamento que lhes seriam adaptadas não existem ou

ainda estão por ser criadas. No caso em que nem nossos órgãos sensoriais, nem seus aparelhos auxiliares artificiais nos garantem a existência de um objeto real, as dificuldades aumentam em proporções gigantescas, de maneira que se é simplesmente tentado a negar tal objeto.

Nunca cheguei a uma conclusão precipitada desse tipo, porque nunca acreditei que nossas percepções pudessem apreender todas as formas de existência. Por isso estabeleci o postulado de que o fenômeno das configurações arquetípicas – acontecimentos psíquicos por excelência – repousa sobre a existência de uma base *psicóide*, isto é, condicionalmente psíquica, mas ligado a outras formas de ser. Por falta de elementos empíricos, não conheço as formas de existência que são correntemente designadas pelo termo: “espiritual”. Sob o ponto de vista da ciência, não é importante o que eu possa crer a esse respeito. Devo reconhecer minha ignorância. Mas na medida em que os arquétipos se revelam *eficazes*, são para mim *efetivas*, se bem que eu não saiba em que consistem realmente. É verdade que isso é válido não só em relação a eles, mas à natureza mesma da

psique. De qualquer modo que se exprima, ela nunca poderá ir além de si mesma. Toda a compreensão e tudo o que se compreendeu é fenômeno psíquico, e nessa medida encontramos desesperadamente fechados num mundo unicamente psíquico. No entanto, temos muitos motivos para supor como existente, além desse véu, o objeto absoluto mas incompreendido que nos condiciona e nos influencia, mesmo nos casos em que é impossível qualquer constatação concreta – particularmente no das manifestações psíquicas. No entanto, o que se constata a propósito das possibilidades e das impossibilidades vale, de maneira absoluta, só no interior dos domínios especializados, em cujos limites elas foram formuladas. Fora desses domínios tais constatações são meras presunções.

Se bem que de um ponto de vista objetivo seja vedado fazer constatações às cegas, isto é, sem razões suficientes, nem por isso algumas deixam de ser efetuadas, aparentemente sem razões objetivas. Trata-se, nesse caso, de uma motivação psicodinâmica comumente qualificada de subjetiva, e que se considera como sendo puramente pessoal. Comete-se, desse

modo, o erro de não distinguir se a constatação operada emana de um sujeito isolado, suscitada então por motivações estritamente pessoais, ou se ela se apresenta *em geral*, emanando pois de um *pattern*, de um modelo dinâmico que existe coletivamente. Neste último caso, deveríamos concebê-la não como subjetiva, mas como psicologicamente objetiva, um número maior ou menor de indivíduos sendo levados, por um impulso interior, a manifestar-se de forma idêntica, sentindo como vitalmente necessária esta ou aquela concepção. Como o arquétipo não é simplesmente uma forma inativa, mas dotado de uma energia específica, pode ser considerado como a causa eficiente de tais constatações e compreendido como o sujeito que as determina. Em outras palavras: não é o homem, enquanto pessoa, que faz a constatação, mas o arquétipo que se exprime através dela. Se essa expressão é sufocada ou se não é levada em conta aparecem manifestações psíquicas de carência, tal como o demonstra a experiência médica e mesmo um simples conhecimento habitual dos homens. No nível individual aparecerão sintomas neuróticos; quando se trata de indivíduos

incapazes de uma neurose, nascerão edificações delirantes coletivas.

As manifestações dos arquétipos repousam sobre condicionamentos instintivos e nada têm a ver com a razão; além de não serem fundadas racionalmente, não podem ser afastadas por uma argumentação racional. Foram e são desde sempre partes da imagem do mundo, “representações coletivas”, tal como Levy-Bruhl acertadamente as chamou. O eu e sua vontade desempenham, certamente, um grande papel. Mas num alto grau e de um modo que lhe é geralmente inconsciente, o que o eu quer é contrabalançado pela autonomia e numinosidade dos processos arquetípicos. A consideração efetiva destes constitui a essência da religião, na medida que esta é passível de uma aproximação psicológica.

### III

Aqui se impõe uma outra realidade: ao lado do campo da reflexão, há outro domínio, pelo menos tão vasto quanto ele, ou talvez ainda mais vasto, onde a compreensão racional e a

descrição dificilmente encontram algo que possam captar. É o domínio do Eros. Na Antiguidade, este era considerado como um deus cuja divindade ultrapassava as fronteiras do humano e que, portanto, não podia ser nem compreendido nem descrito. Eu poderia tentar abordar, como tantos outros o fizeram antes de mim, esse *daimon*, cuja eficácia se estende das alturas infinitas do Céu aos abismos tenebrosos do Inferno; mas falta-me a coragem de procurar a linguagem capaz de exprimir adequadamente o paradoxo infinito do amor. Eros é um *kosmogonos*, um criador, pai e mãe de toda consciência. A fórmula condicional de São Paulo: “... se eu não tiver amor...” parece-me ser o primeiro de todos os conhecimentos e a própria essência da divindade. Qualquer que seja a interpretação erudita da frase “Deus é amor” (João IV, 816), seu próprio enunciado confirma a divindade como *complexio oppositorum* – complementaridade, convivência dos opostos.

Tanto minha experiência médica como minha vida pessoal colocaram-me constantemente diante do mistério do amor e nunca fui capaz de dar-lhe uma resposta válida. Como Jó, tive que tapar a

boca com a mão: “Prefiro tapar a boca com a mão. – Falei uma vez... não repetirei; – duas vezes... eu... nada acrescentarei.” Trata-se do que há de maior e de mais ínfimo, do mais longínquo e do mais próximo, do mais alto e do mais baixo e nunca qualquer um desses termos poderá ser pronunciado sem o seu oposto. Não há linguagem que esteja à altura deste paradoxo. O que quer que se diga, palavra alguma abarcará o todo. Ora, falar de aspectos particulares, onde só a totalidade tem sentido, é demasiado ou muito pouco. *O amor* (a caridade) “desculpa tudo, acredita em tudo, espera tudo, suporta tudo.” (I Coríntios XIII, 7). Nada se poderá acrescentar a esta frase. Pois nós somos, no sentido mais profundo, as vítimas, ou os meios e instrumentos do “amor” cosmogônico. Coloco esta palavra entre aspas para indicar que não entendo por ela simplesmente um desejo, uma preferência, uma predileção, um anelo, ou sentimentos semelhantes, mas um todo, uno e indiviso, que se impõe ao indivíduo. O homem, como parte, não compreende o todo. Ele é subordinado a ele, está à sua mercê. Quer concorde ou se revolte, está preso ao todo, cativo dele. Depende dele, e sempre tem nele seu fundamento. O amor, para

ele, é luz e trevas, cujo fim nunca pode ver. “O amor (a caridade) nunca termina”, quer o homem “fale pela boca dos anjos” ou prossiga com uma meticulosidade científica, nos últimos recantos, a vida da célula. Poderá dar ao amor todos os nomes possíveis e imagináveis de que dispõe; afinal, não fará mais do que abandonar-se a uma infinidade de ilusões. Mas se possuir um grão de sabedoria deporá as armas e chamará ignotum per ignotius (uma coisa ignorada por uma coisa ainda mais ignorada), isto é, pelo nome de Deus. Será uma confissão de humildade, de imperfeição, de dependência, mas ao mesmo tempo será o testemunho de sua liberdade de escolha entre a verdade e o erro.

## **RETROSPECTIVA**

Não concordo quando dizem que sou um sábio ou um “iniciado” na sabedoria. Certo dia um homem encheu o chapéu com água tirada de um rio. O que significa isso? Eu não sou esse rio, estou à sua margem, mas nada faço. Outros homens estão à

beira do mesmo rio e em geral pensam que deveriam fazer as coisas por iniciativa própria. Eu nada faço. Nunca imaginei ser “aquele que cuida para que as cerejas tenham haste”. Fico lá, de pé, admirando os recursos da natureza.

Há uma velha lenda, muito bela, de um rabino a quem um aluno, em visita, pergunta: “Rabbi, outrora havia homens que viam Deus face a face; por que não acontece mais isso?” O rabino respondeu: “Porque ninguém mais, hoje em dia, é capaz de inclinar-se suficientemente”. É preciso, com efeito, curvar-se muito para beber no rio. A diferença entre a maioria dos homens e eu, reside no fato de que em mim as “paredes divisórias” são transparentes. É uma particularidade minha. Nos outros, elas são muitas vezes tão espessas, que lhes impedem a visão; eles pensam, por isso, que não há nada do outro lado. Sou capaz de perceber, até certo ponto, os processos que se desenvolvem no segundo plano; isso me dá segurança interior. Quem nada vê não tem segurança, não pode tirar conclusão alguma, ou não confia em suas conclusões. Ignoro o que determinou a minha faculdade de perceber o fluxo da vida. Talvez tenha sido o próprio in-

consciente, talvez os meus sonhos precoces, que desde o início marcaram meu caminho.

O conhecimento dos processos do segundo plano estabeleceu, muito cedo, minha relação com o mundo. No fundo esta relação é hoje o que já era na minha infância. Quando criança, sentia-me

solitário e o sou ainda hoje, pois sei e devo dizer aos outros coisas que aparentemente não conhecem ou não querem conhecer. A solidão não significa a ausência de pessoas à nossa volta, mas sim o fato de não podermos comunicar-lhes as coisas que julgamos importantes, ou mostrar-lhes o valor de pensamentos que lhes parecem improváveis. Minha solidão começa com a experiência vivida em sonhos precoces e atinge seu ápice na época em que me confrontei com o inconsciente. Quando alguém sabe mais do que os outros, torna-se solitário. Mas a solidão não significa, necessariamente, oposição à comunidade; ninguém sente mais profundamente a comunidade do que o solitário, e esta só floresce quando cada um se lembra de sua própria natureza, sem identificar-se com os outros.

É importante que tenhamos um segredo e a intuição de algo incognoscível. Esse mistério dá à vida um tom impessoal e “numinoso”. Quem não teve uma experiência desse tipo perdeu algo de importante. O homem deve sentir que vive num mundo misterioso, sob certos aspectos, onde ocorrem coisas inauditas – que permanecem inexplicáveis – e não somente coisas que se desenvolvem nos limites do esperado. O inesperado e o inabitual fazem parte do mundo. Só então a vida é completa. Para mim, o mundo, desde o início, era infinitamente grande e inabarcável.

Conheci todas as dificuldades possíveis para me afirmar, sustentando meus pensamentos. Havia em mim um *daimon* que, em última instância, era sempre o que decidia. Ele me dominava, me ultrapassava e quando tomava conta de mim, eu desprezava as atitudes convencionais. Jamais podia deter-me no que obtinha. Precisava continuar, na tentativa de atingir minha visão. Como, naturalmente, meus contemporâneos não a viam, só podiam constatar que eu prosseguia sem me deter.

Ofendi muitas pessoas; assim que lhes percebia a incompreensão, elas me desinteressavam. Precisava continuar. À

exceção dos meus doentes, não tinha paciência com os homens. Precisava seguir uma lei interior que me era imposta, sem liberdade de escolha. Naturalmente, nem sempre obedecia a ela. Como poderíamos viver sem cometermos incoerências?

Em relação a alguns seres, era sempre próximo e presente, na medida em que mantínhamos um diálogo interior; mas podia ocorrer que, bruscamente, eu me afastasse, por sentir que nada mais havia que me ligasse a eles. Tinha que aceitar, penosamente, o fato de que continuassem lá, mesmo quando nada mais tinham a me dizer. Muitos despertaram em mim um sentimento de humanidade viva, mas só quando esta era visível no círculo mágico da psicologia; no instante seguinte, o projetor poderia afastar deles seus raios e nada mais restaria. Podia interessar-me intensamente por alguns seres, mas, desde que se tornavam translúcidos para mim, o encanto se quebrava. Fiz, assim, muitos inimigos. Mas, como toda personalidade criadora, não era livre, mas tomada e impelida pelo demônio interior.

“Vergonhosamente, uma força arrebatava-nos o coração. Pois todos os deuses exigem oferendas, E quando nos esquecemos de algum, Nada de bom acontecerá”, disse Hoelderlin.

A falta de liberdade causava-me grande tristeza. Tinha às vezes a impressão de encontrar-me num campo de batalha. – Caíste por terra, meu amigo! Mas devo prosseguir, não posso, não posso parar! Pois “vergonhosamente uma força arrebatava-nos o coração.” Eu te amo, eu te amo, mas não posso ficar! – No momento isso é dilacerante. Mas eu mesmo sou uma vítima, não posso ficar. Entretanto, o *daimon* urde as coisas de tal modo que é possível escapar à incoerência abençoada e, em oposição à flagrante “infidelidade”, permaneço totalmente fiel.

Poderia talvez dizer: necessito das pessoas mais do que os outros, e, ao mesmo tempo, bem menos. Quando o *daimon* está em ação, sentimo-nos muito perto e muito longe. Só quando ele se cala é que podemos guardar uma medida intermediária.

O demônio interior e o elemento criador se impuseram a mim de forma absoluta e brutal. As ações habituais que eu

projetava passavam, geralmente, para o segundo plano, mas nem sempre ou em toda parte. Creio, entretanto, que sou conservador até a medula. Encho o cachimbo, usando o porta-tabaco de meu avô e guardo ainda seu bastão de alpinista ornado de casco de camelo, que ele trouxe de Pontresina, onde foi um dos primeiros veranistas.

Sinto-me contente de que minha vida tenha sido aquilo que foi: rica e frutífera. Como poderia esperar mais? Ocorreram muitas coisas, impossíveis de serem canceladas. Algumas poderiam ter sido diferentes, se eu mesmo tivesse sido diferente. Assim, pois, as coisas foram o que tinham de ser; pois foram o que foram porque eu sou como sou. Muitas coisas, muitas circunstâncias foram provocadas intencionalmente, mas nem sempre representaram uma vantagem para mim. Em sua maioria dependeram do destino. Lamento muitas tolices, resultantes de minha teimosia, mas se não fossem elas não teria chegado à minha meta. Assim, pois, eu me sinto ao mesmo tempo satisfeito e decepcionado. Decepcionado com os homens, e comigo mesmo. Em contacto com os homens vivi ocasiões maravilhosas

e trabalhei mais do que eu mesmo esperava de mim. Desisto de chegar a um julgamento definitivo, pois o fenômeno vida e o fenômeno homem são demasiadamente grandes. À medida em que envelhecia, menos me compreendia e me reconhecia, e menos sabia sobre mim mesmo.

Sinto-me espantado, decepcionado e satisfeito comigo. Sinto-me triste, acabrunhado, entusiasta. Sou tudo isso e não posso chegar a uma soma, a um resultado final. É para mim impossível constatar um valor ou um não-valor definitivos; não posso julgar a vida ou a mim mesmo. Não estou certo de nada. Não tenho mesmo, para dizer a verdade, nenhuma convicção definitiva – a respeito do que quer que seja. Sei apenas que nasci e que existo; experimento o sentimento de ser levado pelas coisas. Existo à base de algo que não conheço. Apesar de toda a incerteza, sinto a solidez do que existe e a continuidade do meu ser, tal como sou.

O mundo no qual penetramos pelo nascimento é brutal, cruel e, ao mesmo tempo, de uma beleza divina. Achar que a vida tem ou não sentido é uma questão de temperamento. Se o não-sentido prevalecesse de maneira absoluta, o aspecto racional da

vida desapareceria gradualmente, com a evolução. Não parece ser isto o que ocorre. Como em toda questão metafísica, as duas alternativas são provavelmente verdadeiras: a vida tem e não tem sentido, ou então possui e não possui significado. Espero ansiosamente que o sentido prevaleça e ganhe a batalha.

Quando Lao-Tse diz: “Todos os seres são claros, só eu sou turvo”, exprime o que sinto em, minha idade avançada. Lao-Tse é o exemplo do homem de sabedoria superior que viu e fez a experiência do valor e do não-valor, e que no fim da vida deseja voltar a seu próprio ser, no sentido eterno e incognoscível. O arquétipo do homem idoso que contemplou suficientemente a vida é eternamente verdadeiro; em todos os níveis da inteligência, esse tipo aparece e é idêntico, quer se trate de um velho camponês ou de um grande filósofo como Lao-Tse. Assim, a idade avançada é... uma limitação, um estreitamento. E no entanto acrescentou em mim tantas coisas: as plantas, os animais, as nuvens, o dia e a noite e o eterno no homem. Quanto mais se acentuou a incerteza em relação a mim mesmo, mais aumentou meu sentimento de parentesco com as coisas. Sim, é

como se essa estranheza que há tanto tempo me separava do mundo tivesse agora se interiorizado, revelando-me uma dimensão desconhecida e inesperada de mim mesmo.